

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
MESTRADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

ANDRÉIA GURA

**GESTÃO DE CUSTOS: PRÁTICAS UTILIZADAS EM PROPRIEDADES
RURAIS FAMILIARES**

DISSERTAÇÃO

PONTA GROSSA

2018

ANDRÉIA GURA

**GESTÃO DE CUSTOS: PRÁTICAS UTILIZADAS EM PROPRIEDADES
RURAIS FAMILIARES**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Vitória Messias Bittencourt

PONTA GROSSA

2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Departamento de Biblioteca
da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Ponta Grossa
n.50/18

G978 Gura, Andréia

Gestão de custos: práticas utilizadas em propriedades rurais familiares. / Andréia
Gura, 2018.
104 f.; il. 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Vitória Messias Bittencourt.

Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação
em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta
Grossa, 2018.

1. Agricultura familiar. 2. Custo. 3. Processo decisório. I. Bittencourt, Juliana Vitória
Messias. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. III. Título.

CDD 670.42

Elson Heraldo Ribeiro Junior. CRB-9/1413. 10/10/2018.



Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus de Ponta Grossa
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Título da Dissertação Nº 325/2018

GESTÃO DE CUSTOS: PRÁTICAS UTILIZADAS EM PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES

Por

Andréia Gura

Esta dissertação foi apresentada às **14 horas** de **27 de agosto de 2018** como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, com área de concentração em Gestão Industrial, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof.^a Dr.^a Augusta Pelinski Raiher
(UEPG)

Prof. Dr. Antonio Carlos de Francisco
(UTFPR)

Prof.^a Dr.^a Juliana Vitória Messias
Bittencourt (UTFPR) - Orientador

Visto do Coordenador:

Prof. Dr. Antonio Carlos de Francisco
(UTFPR)
Coordenador do PPGEPT

**A FOLHA DE APROVAÇÃO ASSINADA ENCONTRA-SE NO DEPARTAMENTO DE
REGISTROS ACADÊMICOS DA UTFPR – CÂMPUS PONTA GROSSA**

Dedico este trabalho ao meu filho
Eduardo, e ao meu esposo Everaldo, com
muito amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder sabedoria e discernimento e, a Nossa Senhora Aparecida, por me acompanhar e amparar em todos os momentos de dificuldade.

Ao meu esposo, Everaldo Veres Zahaikevitch, por todo amor, apoio, compreensão e incentivo para o cumprimento dessa importante etapa da minha vida.

À minha mãe, Verônica Stefanechen, e aos meus irmãos, Adriano Gura, Vanderléia Gura e Alessandro Gura pelas orações, apoio e incentivo.

Ao meu sogro, Renato Veres Zahaikevitch, por me acompanhar nas visitas aos agricultores, e a minha sogra Marli Teresinha Veres Zahaikevitch por todo o apoio e orações.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Juliana Vitória Messias Bittencourt, por contribuir com seu conhecimento para a realização deste trabalho, sou grata pela oportunidade de desenvolvimento e pela confiança na minha capacidade.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Antonio Carlos de Francisco, Prof^a Dr^a Augusta Pelinski Raiher e Prof^a Dr^a Juliana Vitória Messias Bittencourt por contribuírem com o seu tempo, sabedoria e melhorias para este trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, incluindo professores, servidores, alunos e funcionários.

À Universidade Tecnológica Federal do Paraná, pela estrutura, pelos recursos, e pela excelência em ensino público.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida durante o período de curso.

Ao presidente da Cooperativa Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Rio Azul, por permitir a realização deste trabalho junto aos associados, à Fabiane, secretária da Cooperativa, por toda a ajuda.

Aos agricultores familiares que participaram da pesquisa, me recebendo em suas casas com muito carinho e atenção.

À todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização desta pesquisa.

RESUMO

GURA, Andréia. **Gestão de custos: práticas utilizadas em propriedades rurais familiares**. 104 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2018.

O pequeno produtor rural familiar desempenha um papel muito importante para a produção de alimentos do país, pois ele é responsável por levar a diversificação até a mesa do consumidor, produzindo em menor escala os alimentos necessários a dieta diária da população, tornando-se a agricultura familiar um setor primordial para o desenvolvimento econômico de diversas regiões. Diante da grande importância desse segmento, o seu fortalecimento se faz necessário e para que isso ocorra vários aspectos devem ser levados em consideração, sendo um deles a gestão de custos. Com uma gestão de custos estruturada é possível a inserção e a permanência no mercado de forma competitiva além de obter informações relevantes, concisas e eficazes. Neste sentido, a utilização de práticas da gestão de custos pode ajudar na obtenção de informações para a tomada de decisão em vários aspectos quanto a produção. Diante do exposto este estudo tem como objetivo mapear a utilização de práticas da gestão de custos em propriedades rurais familiares para auxílio à tomada de decisão quanto ao custo-volume-lucro. Para cumprir com os objetivos pretende-se caracterizar as propriedades rurais familiares da região Centro Sul do Estado do Paraná, identificar a composição dos gastos das propriedades rurais familiares, analisar a utilização de práticas de custo-volume-lucro empregadas nas propriedades rurais familiares, verificar a percepção dos agricultores referente aos benefícios proporcionados através da utilização das práticas de custo-volume-lucro. Para a realização desta pesquisa foram selecionados agricultores familiares de uma cooperativa localizada no município de Rio Azul - PR. Participaram da pesquisa os agricultores aptos a entregar seus produtos aos programas governamentais Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar. A obtenção dos dados foi feita através da aplicação de questionário semiestruturado. Os dados foram analisados de forma interpretativa e descritiva, por meio de estatística descritiva. Os resultados preliminares mostram que os agricultores entrevistados possuem pouca escolaridade. A depreciação é o custo que os agricultores menos controlam, não mantendo nenhum registro efetivo dos custos e despesas de uma maneira geral, não dispõe de um histórico dos seus custos bem como dos cálculos que dizem realizar. O percentual de utilização das práticas margem de contribuição, ponto de equilíbrio e margem de segurança é baixo, sendo a prática com maior percentual de utilização a margem de contribuição. Embora os agricultores familiares utilizem pouco as práticas, eles reconhecem a importância dos benefícios gerados pela utilização das práticas da gestão de custos na tomada de decisão, fato que demonstra o interesse em melhorar a gestão da propriedade facilitando assim a implementação de melhorias.

Palavras-Chave: Agricultura familiar. Gestão de Custos. Práticas da Gestão de Custos. Tomada de decisão.

ABSTRACT

GURA, Andréia. **Cost management: practices used in rural family properties.** 104 p. Dissertation (Master Degree in Production Engineering) - Federal University of Technology – Paraná, Ponta Grossa, 2018.

The small family farmer plays a very important role in the country's food production, as it is responsible for bringing diversification to the consumer's table, producing in a smaller scale the food necessary for the daily diet of the population, becoming agriculture family a key sector for the economic development of several regions. Given the great importance of this segment, its strengthening is necessary and for this to occur several aspects must be taken into account, one of them being cost management. With structured cost management, it is possible to enter and stay in the market in a competitive way, in addition to obtaining relevant, concise and efficient information. In this sense, the use of cost management practices can help in obtaining information for decision making in various aspects regarding production. In view of the above, this study aims to map the use of cost management practices in family farms to assist decision-making regarding cost-volume-profit. In order to fulfill the objectives, the objective is to characterize the family farms in the Central South region of the State of Paraná, to identify the composition of family farms' expenditures, to analyze the use of cost-volume-profit practices in family farms, to verify the farmers' perception of the benefits provided through the use of cost-volume-profit practices. For the accomplishment of this research were selected family farmers of a cooperative located in the city of Rio Azul - PR. Participants in the survey were farmers who were able to deliver their products to the government programs Food Acquisition Program and National School Feeding Program. The data were obtained through the application of a semi-structured questionnaire. The data were analyzed in an interpretative and descriptive way, through descriptive statistics. Preliminary results show that farmers interviewed have little schooling. Depreciation is the cost that farmers least control, maintaining no effective record of costs and expenses in general, has no track record of their costs as well as the calculations they say they carry out. The percentage of use of the practices contribution margin, break-even point and safety margin is low, being the practice with the highest percentage of use the contribution margin. Although family farmers make little use of practices, they recognize the importance of the benefits of using cost-management practices in decision-making, which demonstrates interest in improving property management, thereby facilitating the implementation of improvements.

Keywords: Family agriculture. Costs management. Cost Management Practices. Decision making.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Classificação dos Custos	21
Figura 2 - Componentes da Análise Custo-Volume-Lucro	24
Figura 3 - Ponto de Equilíbrio	27
Figura 4 - Municípios da Região Centro-Sul do Estado do Paraná	40
Fluxograma 1 - Proposta de Registro de Custos para Propriedade Rural Familiar ...	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Histórico das Propriedades Rurais Familiares.....	50
Gráfico 2 - Canais de Comercialização adotados pelas Propriedades Rurais Familiares.....	57
Gráfico 3 - Controle de Gastos Adotados.....	61
Gráfico 4 - Composição dos Custos Diretos.....	63
Gráfico 5 - Composição dos Custos Indiretos	64
Gráfico 6 - Composição das Despesas	65
Gráfico 7 - Utilização das Práticas de Gestão de Custos.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil das Propriedades Rurais Familiares	46
Tabela 2 - Características da Produção	53
Tabela 3 - Equipamentos utilizados na produção.....	55
Tabela 4 - Controle dos Gastos por Atividade (Custos e Despesas)	59
Tabela 5 - Estabelecimento do Preço de Venda e medidas para diminuição dos custos.....	67
Tabela 6 - Benefícios das Práticas da Gestão de Custos na Tomada de Decisão ...	76

LISTA DE SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
FJP	Fundação João Pinheiro
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

LISTA DE ACRÔNIMOS

ABEPRO	Associação Brasileira de Engenharia de Produção
AMCESPAR	Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Estado do Paraná
EMATER	Empresa Paranaense de Assistência Técnica Extensão Rural
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2 OBJETIVOS	15
1.3 JUSTIFICATIVA	16
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 GESTÃO DE CUSTOS.....	19
2.1.1 Classificação dos Custos	20
2.1.1.1 Custos diretos e indiretos.....	21
2.1.1.2 Despesas diretas e indiretas	22
2.1.1.3 Custos fixos e variáveis.....	22
2.1.1.4 Despesas fixas e variáveis.....	23
2.2 PRÁTICAS DA GESTÃO DE CUSTOS.....	23
2.2.1 Custo-Volume-Lucro	24
2.2.1.1 Margem de contribuição.....	25
2.2.1.2 Ponto de equilíbrio	26
2.2.1.3 Margem de segurança.....	28
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR	29
2.4 GESTÃO DE CUSTOS EM PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES	32
2.4.1 Desafios da Gestão de Custos em Propriedades Rurais Familiares.....	34
3 METODOLOGIA	38
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	38
3.2 A REGIÃO CENTRO SUL DO ESTADO DO PARANÁ – CLASSIFICAÇÃO AMCESPAR	39
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	41
3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	42
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES DA REGIÃO CENTRO-SUL DO ESTADO DO PARANÁ.....	45
4.1.1 Perfil dos Agricultores Familiares	45
4.1.2 Histórico das Propriedades Rurais Familiares.....	49
4.1.3 Caracterização da Produção	51
4.1.4 Caracterização da Comercialização	57
4.2 CONTROLE DOS GASTOS (CUSTOS E DESPESAS)	59
4.2.1 Forma de Controle dos Gastos	59
4.2.2 Composição dos Gastos	62
4.3 PRÁTICAS DA GESTÃO DE CUSTOS PARA A TOMADA DE DECISÃO QUANTO AO CUSTO-VOLUME-LUCRO	70
4.3.1 Utilização das Práticas da Gestão de Custos nas Propriedades Rurais Familiares	70
4.3.2 Percepção dos Benefícios das Práticas da Gestão de Custos.....	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
5.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	84
REFERÊNCIAS	85
APENDICE A – Questionário de Pesquisa	96

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação está inserida na grande área Engenharia Econômica, a qual se dedica a estudos referente a gestão econômica, gestão de custos, gestão de investimentos e gestão de riscos (ABEPRO, 2017). Nessa perspectiva, o presente trabalho visa colaborar para a compreensão da gestão de custos das propriedades rurais familiares através do mapeamento da utilização das práticas da gestão de custos como forma de auxílio à tomada de decisão.

A preocupação com melhoria dos processos produtivos e de comercialização ocupa cada vez mais o espaço organizacional, independentemente do tamanho ou do ramo da empresa. Para que melhorias sejam executadas é fundamental um bom gerenciamento de custos, pois com uma gestão de custos bem estruturada o processo de tomada de decisões torna-se mais assertivo e seguro, contribuindo para a obtenção de bons resultados.

Com as propriedades rurais familiares a situação não é diferente, apesar de possuírem certas particularidades que influenciam na produção como a diversidade de produtos, condições biológicas e climáticas, sazonalidade, estas também devem ser geridas de forma semelhante às outras organizações buscando detectar, controlar e registrar seus gastos. O fato de desconhecer o quanto custa para produzir gera consequências negativas que levam ao fracasso e comprometem a continuidade da produção.

Para Simionatto (2018), nos empreendimentos rurais são encontrados diversos fatores que interferem diretamente no seu desempenho, sendo que muitos desses fatores são difíceis de serem controlados na produção, mas outros, relacionados a gestão da produção são passíveis de controle.

As atividades do ciclo econômico inerentes à produção rural têm se modificando constantemente ao longo dos anos, devido a aspectos como novas tecnologias, políticas públicas, sustentabilidade. Dessa forma, os agricultores familiares necessitam estar atentos a inovações e estratégias para encarar a concorrência de mercado e usar todas as técnicas de gestão a seu favor para enfrentar o mercado competitivo.

Quando os agricultores não fazem um planejamento e não adotam nenhum tipo de controle de suas atividades, sobretudo com relação aos seus custos de

produção, os mesmos poderão ter como consequência dificuldades para se manter no mercado (MOREIRA; MELO; CARVALHO, 2016).

Considerando o contexto da agricultura familiar, composto por pequenas propriedades rurais e ganhos baixos, o controle de custos se torna ainda mais relevante. Além disso, a agricultura familiar tem grande relevância, econômica e social, para o desenvolvimento do mercado interno. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares, sendo um total de aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos. A agricultura familiar compõe a base econômica de 90% dos municípios brasileiros que possuem até 20 mil habitantes, e representa 35% do produto interno bruto nacional (BRASIL, 2006).

Visto a representatividade que as propriedades rurais familiares têm para a economia do país e para região Centro-Sul é de grande valia conhecer essas propriedades, saber de que forma se organizam e em qual cenário se encontram quando o assunto é a gestão de custos, para que através do conhecimento do perfil desses atores se possa desenvolver e propor mecanismos que os amparem no processo de tomada de decisão.

Os agricultores pesquisados estão inseridos na região Centro-Sul do Estado do Paraná, conforme classificação política administrativa da Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná (AMCESPAR). A população total desse território é de 236.719 habitantes, com população rural de 106.417 habitantes, 21.916 estabelecimentos da agricultura familiar e 59.819 pessoas ocupadas com a agricultura familiar (IBGE, 2010).

Adicionalmente, no contexto da produção agrícola poucas vezes o preço de venda pode ser negociado entre o produtor e o consumidor, o que torna a gestão de custos ainda mais relevante, pois através dela é possível potencializar os ganhos. Uma forma de organização entre os produtores rurais que fazem parte da pesquisa e que facilita o contexto de compra é o cooperativismo, é por meio do cooperativismo que são consumadas as vendas para os programas governamentais.

A relevância deste estudo centra-se no fato de evidenciar as abordagens sobre gestão de custos nas propriedades rurais familiares na literatura recente, contribuindo na identificação de eventuais dificuldades na utilização de práticas da gestão de custos por parte dos agricultores visando como potenciais estudos futuros

o desenvolvimento de um modelo de gestão de custos específico para a agricultura familiar que auxilie os agricultores na tomada de decisão.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

Os produtores rurais normalmente têm bastante compreensão do seu sistema produtivo, entretanto carecem de informações quanto à gestão, em especial a gestão de custos. Assim como qualquer outro tipo de empreendimento, as propriedades rurais familiares necessitam conhecer, controlar e gerenciar periodicamente seus custos, para que a gestão da propriedade rural seja sustentável economicamente.

A gestão de custos contempla práticas, que se adotadas corretamente, podem contribuir no fornecimento de informações relevantes que auxiliam na tomada de decisão, principalmente nas decisões referentes a redução de custos, ao volume de produção e ao faturamento, determinando dessa forma, o bom desempenho e a continuidade das atividades desenvolvidas.

Diante do exposto a presente pesquisa pretende responder a seguinte questão: Quais práticas da gestão de custos são utilizadas pelas propriedades rurais familiares como auxílio à tomada de decisão de custo-volume-lucro?

1.2 OBJETIVOS

Objetivo Geral

Mapear a utilização de práticas da gestão de custos em propriedades rurais familiares para auxílio à tomada de decisão quanto ao custo-volume-lucro.

Objetivos Específicos

- Caracterizar as propriedades rurais familiares da região Centro Sul do Estado do Paraná.

- Identificar a composição dos gastos (custos e despesas) das propriedades rurais familiares da região Centro Sul do Estado do Paraná.
- Detalhar a utilização de práticas de custo-volume-lucro empregadas nas propriedades rurais familiares.
- Verificar a percepção dos agricultores familiares referente aos benefícios proporcionados através da utilização das práticas de custo-volume-lucro.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo é relevante devido ao fato do cenário da agricultura familiar apresentar constantes modificações ao longo dos anos. Diante dessas mudanças, este setor necessita estar atento a inovações e estratégias de gerenciamento para enfrentar a concorrência de mercado, os contratempos próprios da atividade agrícola e se utilizar de todas as técnicas de gestão a seu favor para obter melhores resultados.

Com a utilização das práticas da gestão de custos, os pequenos empreendimentos rurais familiares obtêm informações úteis para a tomada de decisão, sendo possível obter um melhor gerenciamento da produção, saber quanto produzir, como produzir, quais insumos comprar e de quais fornecedores, qual produto traz mais lucro, entre outros.

São poucos os estudos que retratam a temática sobre práticas de custos em propriedades rurais familiares, cita-se alguns estudos semelhantes encontrados em periódicos e em bancos de dados de dissertações de Universidades: Costa et al (2013); Rodniski et al (2014); Franco et al (2015); Metzner (2013); Souza (2016); Moreira, Melo e Carvalho (2016); Favato e Nogueira (2017). Por isso, a presente pesquisa pretende complementar as pesquisas existentes.

Com o presente trabalho almeja-se colaborar com a literatura, no sentido de identificar a utilização das práticas da gestão de custos nas propriedades rurais familiares, bem como propor a elaboração de um mecanismo de controle de custos que permita a identificação e separação de todos os custos da propriedade.

Este trabalho é importante, pois pretende ajudar no desenvolvimento dos pequenos empreendimentos rurais, tendo em vista que a concorrência está cada vez mais acirrada é necessário acompanhar as mudanças através da busca por

alternativas de gerenciamento que contemplem as necessidades por parte dos agricultores. Ao gerenciar os custos os agricultores tornam-se mais competitivos e ganham mercado, conseqüentemente a sua lucratividade tende a melhorar.

A presente pesquisa promove contribuição prática aos agricultores familiares da Região Centro Sul, uma vez que estimula a reflexão sobre gestão de custos, bem como possibilita conhecimento aos entrevistados por meio da discussão do tema durante as entrevistas, assim é possível detectar soluções para problemas enfrentados e que muitas vezes não são percebidos pelos agricultores que estão focados no trabalho de produzir e acabam deixando de lado o gerenciamento da propriedade.

O melhor gerenciamento dos custos aliado ao uso das práticas da gestão de custos pode influenciar nos resultados, assim, a gestão da propriedade coopera para que os agricultores e seus familiares tenham melhores condições de vida e permaneçam no campo com dignidade. Com base no levantamento dos custos pode-se evoluir no sentido de construir uma ferramenta adequada a compreensão dos agricultores, que complemente as já existentes na literatura, levando em consideração as peculiaridades da atividade rural e que contribua efetivamente para a tomada de decisão, oportunizando o desenvolvimento rural.

Esta pesquisa também se justifica, em razão de que seus resultados poderão amparar pesquisas futuras que visem desenvolver mecanismos voltados a gestão de custos de propriedades rurais familiares, oferecendo alternativas simples de gestão.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Essa dissertação divide-se em cinco capítulos. No primeiro capítulo é apresentada a Introdução, o problema da pesquisa, os objetivos e a justificativa. O segundo capítulo contempla a revisão de literatura, iniciando com a temática de Gestão de Custos; Classificação dos custos; Práticas da gestão de custos; Agricultura familiar; Gestão de Custos em Propriedades Rurais Familiares e Desafios da Gestão de Custos em Propriedades Rurais Familiares. No terceiro capítulo, apresenta-se a metodologia da pesquisa, sua classificação, a amostra, a apresentação e classificação da região Centro-Sul do Estado do Paraná, os

procedimentos de coleta e análise dos dados. No quarto capítulo, são demonstrados os resultados através de gráficos e tabelas, assim como as discussões. No quinto capítulo, são apresentadas as considerações finais e sugestões para trabalhos futuros, e por fim são exibidas as referências utilizadas na construção do embasamento teórico desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo compreende o referencial teórico que ampara este estudo, estudando a literatura relativa ao tema de gestão de custos, as práticas de custo-volume-lucro, sendo elas: margem de contribuição, ponto de equilíbrio e margem de segurança, agricultura familiar e gestão de custos em propriedades rurais familiares.

2.1 GESTÃO DE CUSTOS

A gestão de custos está inserida no conceito de contabilidade de custos, por esse motivo é mais comum encontrar na literatura conceitos referentes ao segundo termo. A Contabilidade de Custos exerce uma função muito importante no processo de tomada de decisão, visto que provê informações de grande valia, mensura patrimônios, munindo os gestores e tomadores de decisões de subsídios úteis para uma avaliação precisa da organização. Além da contabilidade de custos ser relevante para as empresas terem uma continuidade e se desenvolverem, as práticas de custos também se tornam indispensáveis para o desenvolvimento de estratégias, ajudando no efetivo sucesso de qualquer tipo de organização (MOREIRA; MELO; CARVALHO, 2016).

Inúmeras são as decisões que precisam ser tomadas por parte dos gestores no dia a dia, sejam eles contadores, administradores ou o próprio proprietário. A Contabilidade de Custos se apresenta como um importante instrumento de apoio a esses tomadores de decisões, exercendo uma função primordial, cooperando para decisões que envolvem tanto os aspectos internos quanto os aspectos externos (CALLADO; ALBUQUERQUE; SILVA, 2007).

As atitudes que as empresas adotam para a redução de custos não podem mais ser tratadas como uma questão de escolha e sim de sobrevivência. As empresas necessitam encontrar maneiras eficientes de se sobressaírem perante seus concorrentes, e o motivo que justifica essa maneira de agir são recursos limitados, a concorrência globalizada e negócios que apresentam complexidade nas condições em que desempenham suas atividades (SAVIC; VASILJEVIC; DORDEVIC, 2014).

A contabilidade de custos está relacionada com todos os setores, todos os processos e todas as atividades que são desempenhadas na organização. atividades como transporte de funcionários, planejamento de aquisições de bens, programas de custos e até mesmo campanhas que visem manter a imagem da empresa, são exemplos de atividades que se inter-relacionam com a gestão de custos (GREGORI; FLORES, 2011).

A correta classificação dos custos é de extrema importância para a implantação de uma gestão de custos, se classificados de forma incorreta, a real situação da propriedade será distorcida. Esta pode ser uma das maiores dificuldades encontradas por parte dos proprietários rurais que gerenciam sua propriedade, por isso é primordial a busca por auxílio para classificação e tratamento dos custos.

2.1.1 Classificação dos Custos

Existem alguns termos técnicos que necessitam ser conhecidos na formação dos custos. O termo gastos significa o sacrifício financeiro por parte de uma entidade para arcar com a obtenção de um produto ou serviço. Os gastos serão ainda classificados como custos e despesas, conforme ocorrer sua participação no processo de elaboração do produto ou serviço (BRUNI, 2010).

Classificar custo e despesa nem sempre é tarefa fácil, pois até mesmo o conceito desses dois termos é confundido. Bruni (2010, p. 26) conceitua custos como “gastos relativos a bens e serviços utilizados na produção de outros bens e serviços”. O mesmo autor conceitua despesas como “bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receitas”. Zahaikévitch (2014, P. 35), diz que “despesas são “sacrifícios” financeiros realizados na obtenção de receita, gastos necessários ao desenvolvimento de suas operações, não ligados ou envolvidos de forma direta com a produção ou prestação de serviços”. Com base nas definições evidencia-se que os custos estão relacionados a produção, enquanto as despesas não estão diretamente vinculadas a produção.

Os custos podem ser classificados quanto a sua apropriação e quanto ao volume de produção. A forma de apropriação dos custos está relacionada ao consumo dos recursos e ao processo produtivo, forma direta ou indireta. Quanto ao volume de produção os custos podem ter oscilações, sendo esses custos fixos ou

variáveis (CLEMENTE et al, 2010). As despesas seguem a mesma classificação dos custos, a seguir são apresentados cada um dos tipos de custos e despesas.

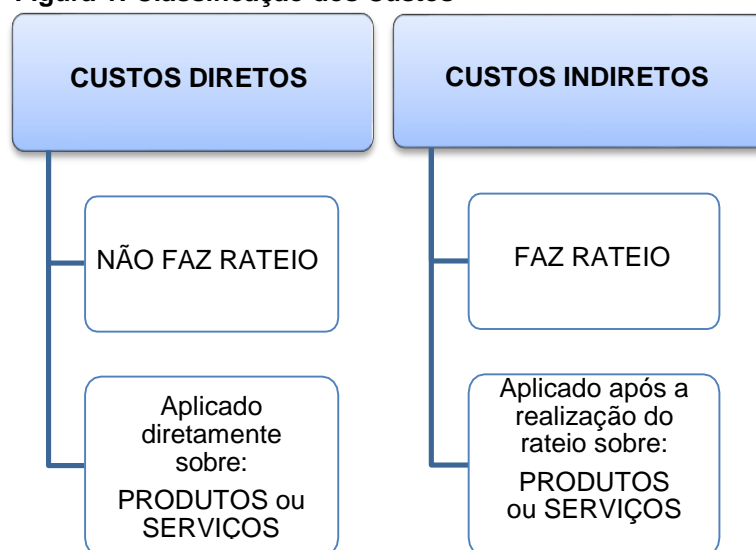
2.1.1.1 Custos diretos e indiretos

Os custos diretos são aqueles que podem ser alocados de forma direta aos produtos, sem precisarem ser rateados, para tanto é necessário que ocorra uma medida de consumo, que pode ser mão-de-obra utilizada na produção, consumo de materiais, ou seja, são custos que são empregados no todo (ANDRADE, 2012).

Os custos indiretos têm a particularidade de que devem ser alocados com base em critérios de rateio, devem ser rateados devido a não terem uma condição de medida objetiva, havendo a necessidade de alocação aos produtos e serviços baseada em estimativas. Esse tipo de custo está relacionado normalmente com a administração, compondo, portanto, custos administrativos (ANDRADE, 2012).

Os conceitos dados por Leone (2011), para custos diretos e custos indiretos são de que custos diretos são identificados naturalmente ao objeto do custeio, enquanto que o custo indireto é aquele que precisa de um critério de rateio para sua identificação ao produto ou objeto cujo custeio é desejado. A figura 1 demonstra a classificação de custos diretos e indiretos.

Figura 1: Classificação dos Custos



Fonte: Zahaikevitch (2014, p. 38)

São exemplos de custos diretos materiais diretos como matéria-prima, materiais de embalagem, enfim outros materiais que são necessários na produção de bens ou serviços. Como exemplos de custos indiretos cita-se a mão-de-obra indireta, materiais indiretos e outros.

2.1.1.2 Despesas diretas e indiretas

As despesas diretas são aquelas que podem ser quantificadas e apropriadas às receitas de vendas e prestação de serviços, enquanto que as despesas indiretas são aquelas que não são possíveis de identificar com relação as receitas. São exemplos de despesas diretas: comissão de vendedores, despesas com fretes de transporte. Exemplos de despesas indiretas: despesa com imposto de renda e contribuição social (OLIVEIRA; PEREZ JR., 2005).

2.1.1.3 Custos fixos e variáveis

Os custos variáveis sofrem variação de forma direta ao volume de atividade, que é o dobro dos custos variáveis totais se o nível da atividade for duplicado. No caso do custo fixo, o mesmo permanece inalterado no seu total, mesmo que ocorram mudanças por um determinado período de tempo no nível relacionado de atividade total ou volume (HORNGREN, 2006).

A identificação de custos fixos deve ser realizada em todas as atividades e na atividade agrícola também deve ser identificado pelo empreendedor rural, sendo um importante requisito para a elaboração de orçamentos da cultura, em alguns casos o agricultor considera apenas os custos variáveis de produção e acaba por deixar de lado muitos custos que deveriam ser registrados como por exemplo custos com depreciação, dentre outros. A quantidade a ser produzida influencia os custos variáveis (DAL MOLIN et al, 2015).

É possível afirmar que os custos variáveis mudam conforme especificidades na atividade agrícola, ou seja, os custos variáveis da atividade de um produtor de soja é diferente dos custos variáveis da atividade de um produtor de suíno. Para Andrade et al. (2012) “os custos variáveis são comuns nas lavouras agrícolas, e são muito específicos a cada tipo de atividade agrícola”.

2.1.1.4 Despesas fixas e variáveis

Despesas fixas são aquelas que não variam dentro das atividades que geram as receitas, não importando o valor de vendas ou de prestação de serviços. As características apresentadas pelas despesas fixas são similares as apresentadas pelos custos fixos. São exemplos de despesas fixas: honorários, salários e encargos sociais de diretores ou funcionários administrativos, despesas financeiras, despesas com seguros (OLIVEIRA; PEREZ JR., 2005).

As despesas variáveis apresentam as mesmas características das dos custos variáveis, sendo aquelas que variam na mesma proporção que varia o volume de receitas. Por exemplo impostos que incidem sobre o faturamento, e gastos com fretes para entrega dos produtos vendidos (OLIVEIRA PEREZ JR., 2005).

2.2 PRÁTICAS DA GESTÃO DE CUSTOS

A gestão de custos oferece uma diversidade de práticas, que assim como em empresas do setor da indústria, comércio ou serviços, também podem contribuir de maneira efetiva para extrair dados que sirvam na tomada de decisão das propriedades rurais familiares.

Novas formas de buscar o sucesso do seu empreendimento deve ser um dos objetivos do gestor rural, buscando conhecimento do quanto, da forma, do momento e para quem produzir. As respostas para todas essas questões podem ser atingidas através do uso de ferramentas que já são vastamente divulgadas e utilizadas na indústria, que sustentam a gestão dando suporte ao planejamento e controle do estabelecimento (LOURENZANI, 2006).

Para suprir todas às necessidades de informações de um negócio, existem várias técnicas, conhecidas por diversos nomes como instrumentos, métodos, artefatos, ferramentas que servem de base e ajudam na tomada de decisões (IMLAU; GASPARETTO, 2017). No presente trabalho as técnicas de apoio à gestão são apresentadas como práticas da gestão de custos, sendo três práticas selecionadas devido permitirem a tomada de decisão referente ao custo-volume-lucro.

2.2.1 Custo-Volume-Lucro

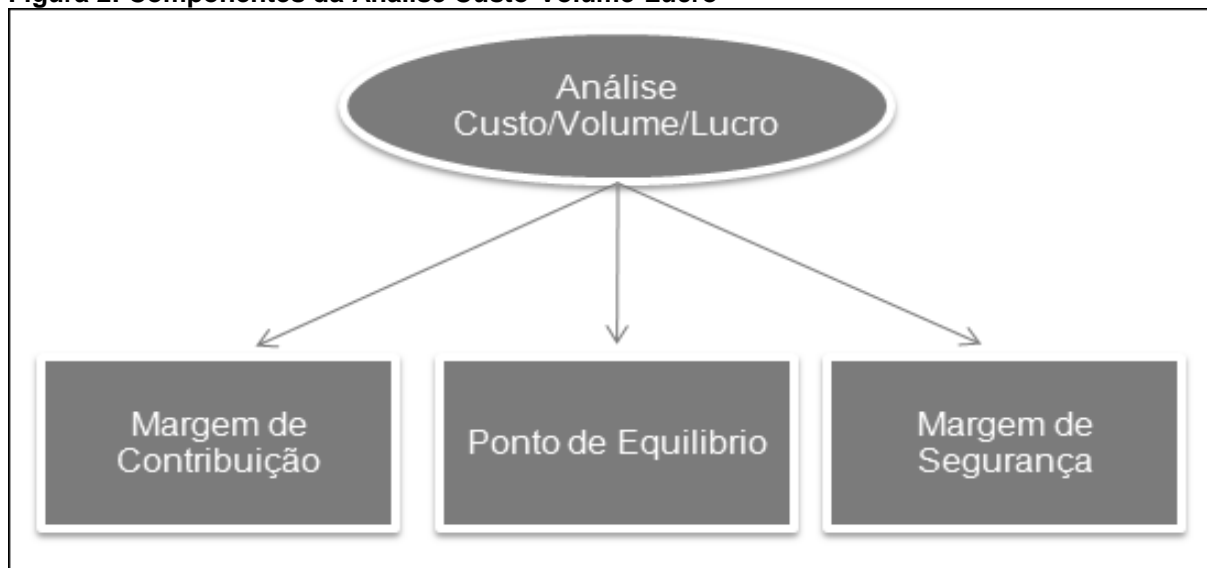
Quando o assunto é lucro algumas variáveis como volume de produção, receita e custos são relacionadas. Santos (2011) frisa que a relação entre o custo, volume e lucro é de extrema importância gerencial para uma empresa e através do seu uso se obtém resposta para questões sobre o que acontecerá com o resultado se houver alteração nos preços, volume e custos.

Cardoso, Mário e Aquino (2007), ensinam que a análise custo-volume-lucro tem como objetivo examinar o comportamento de receitas totais, dos custos totais, e do lucro de acordo com mudanças ocorridas no nível de atividade, no preço de venda ou nos custos fixos.

Alguns custos dependem do volume produzido (custos variáveis), enquanto outros não tem essa dependência (custos fixos). Em uma organização o custo aumenta conforme o aumento da produção, podendo não ocorrer de forma proporcional. Aumentando o volume, e levando em consideração que os custos não aumentaram na mesma proporção devido à parcela fixa, nesse caso o lucro total aumentará (SOUZA; DIEHL, 2009).

A margem de contribuição, o ponto de equilíbrio e a margem de segurança são práticas que compõem a análise custo-volume-lucro, conforme a Figura 2.

Figura 2: Componentes da Análise Custo-Volume-Lucro



Fonte: Wernke, (2001, p. 41)

Para Souza e Diehl (2009), o entendimento das relações CVL e a associação de técnicas sustentam os gestores em decisões relacionadas a

precificação, estimativa de custos, possibilidade de redução dos custos, programação de volume de produção dentre outras.

Embora a margem de contribuição, o ponto de equilíbrio e a margem de segurança tenham o seu uso difundido na sua grande parte em empresas de outros ramos de atividades, também podem contribuir na gestão das atividades rurais, levando-se em consideração as peculiaridades da atividade agrícola e fazendo-se as adaptações necessárias.

Ter conhecimento do resultado alcançado pelo empreendimento no final do período é indispensável para a adoção de medidas, no sentido de melhorar o seu desempenho caso não esteja apresentando resultados satisfatórios. Com o levantamento dos custos é possível efetuar a análise do custo-volume-lucro por meio das práticas que serão apresentadas a seguir.

2.2.1.1 Margem de Contribuição

A margem de contribuição é quanto sobra após a venda dos produtos, abatendo os gastos variáveis. Franco et al (2015), diz que margem de contribuição serve para demonstrar quanto o produto contribui para pagamento dos custos fixos de produção. Para Souza e Diehl (2009, p. 263) “quanto maior a margem de contribuição de um produto, mais ele contribuiu para cobrir os custos e formar o lucro”.

Martins (2003) explica que a margem de contribuição unitária é dada pela diferença entre o preço de venda e o custo variável de cada produto e também representa quanto cada unidade traz de fato a empresa de sobra entre a receita e o custo que o fato provocou. O cálculo da margem de contribuição é dado pela equação 1:

$$MC = PV - CT (CDV + CIV) \quad (1)$$

Onde: MC = margem de contribuição;

PV = Preço de Venda;

CT = Custo Total;

CDV = Custo direto variável;

CIV = Custo indireto variável

A margem de contribuição evidencia o quanto cada produto traz de lucro unitariamente, fazendo com que o administrador tenha conhecimentos e decida sobre alguns aspectos como aumentar ou diminuir sua produção, reduzir ou cortar custos variáveis, obtendo como resposta o retorno desejado (ANDRADE, 2012). Por meio da margem de contribuição é possível identificar se a produção de um determinado produto é viável ou não.

Em qualquer atividade, inclusive no meio rural, esse tipo de informação é muito valiosa porque diante da produção de diversas culturas o agricultor que não tem noção da margem de contribuição pode estar concentrando maior esforço exatamente na produção de uma variedade que não proporciona rentabilidade e que poderia ser substituída por outra que traria mais lucro. Para Souza e Diehl (2009) “quanto maior a margem de contribuição de um produto, mais ele contribui para cobrir os custos e formar o lucro; logo, mais lucrativo ele é, em geral, preferencial sua produção”.

Além dos custos variáveis existem os custos que não dependem da produção, ou seja, existem independentemente da quantidade produzida, estes são classificados como custos fixos. Para que o empreendimento não tenha prejuízo estes custos devem ser custeados, surgindo assim o conceito de ponto de equilíbrio que é explicado a seguir.

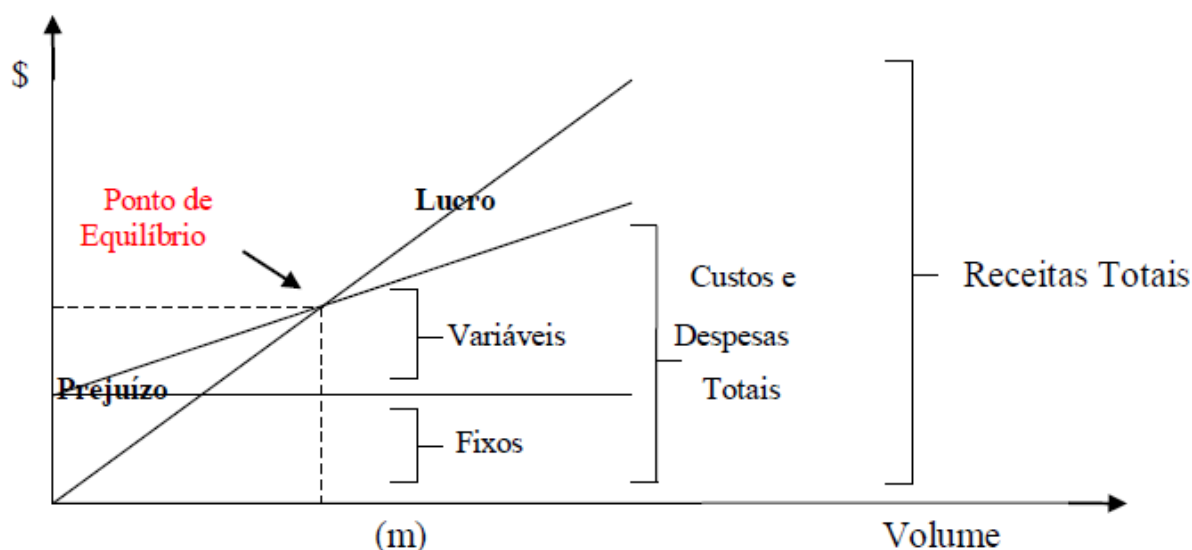
2.2.1.2 Ponto de equilíbrio

O Ponto de equilíbrio é o ponto em que a empresa não apresenta nem lucro e nem prejuízo. Para Franco (2015) ponto de equilíbrio representa a quantidade vendida necessária a ser realizada no período para a geração das receitas e suficientes para custear o total dos custos variáveis gerados, inclusive todas as despesas comerciais do período. Paludo (2015, p.49) diz que “o ponto de equilíbrio representa o montante de quantidades vendidas ou receita total necessária para atingir o equilíbrio da empresa, ou seja, o ponto zero do lucro”.

Bruni (2010), esclarece que há três conceitos para o ponto de equilíbrio, o contábil, financeiro e econômico. Neste trabalho será considerado o ponto de equilíbrio contábil. A principal diferença entre as três classificações de ponto de equilíbrio são as despesas e custos a serem considerados em cada caso. No ponto de equilíbrio contábil são consideradas todas as despesas e custos relativos ao

funcionamento da empresa. No cálculo do ponto de equilíbrio econômico, utilizam-se as despesas e custos fixos, assim como todos os custos de oportunidade relacionados ao capital próprio. No ponto de equilíbrio financeiro, somente são considerados os custos desembolsáveis (ZAHAIKEVITCH, 2014). O ponto de equilíbrio pode ser visualizado na figura 3:

Figura 3: Ponto de Equilíbrio



Fonte: Zahaikevitch (2014, p. 49)

De acordo com Bruni (2010) o ponto de equilíbrio contábil em quantidade é definido como “a quantidade a ser produzida e comercializada para um lucro nulo”. Este cálculo é efetuado através da equação 2:

$$\text{Ponto de Equilíbrio} = \frac{\text{Gasto Fixo}}{\text{Preço} - \text{Gasto Variável Unitário}} \quad (2)$$

O autor ainda explica que se obtêm o ponto de equilíbrio em unidades monetárias e que para isso deve-se multiplicar o resultado obtido com a equação do ponto de equilíbrio em quantidade pelo preço de venda.

A determinação do ponto de equilíbrio pode ter várias utilidades, Souza e Diehl (2009) destacam algumas delas:

- Determinar o nível mínimo de operação das atividades (físicas ou monetárias) que a organização deve trabalhar para não ter prejuízo;

- Calcular o custo fixo ou variável que é aceitável para determinada situação de receita e volume;
- Averiguar o potencial de lucro de cada produto;
- Viabilidade econômica de linhas e produtos;
- Determinar o preço para determinado custo e volume, qual o preço mínimo admissível, entre outros.

Pode-se dizer que o ponto de equilíbrio é um marco entre o lucro e o prejuízo, já que se a empresa operar abaixo do ponto de equilíbrio ela tem prejuízo, enquanto que se operar acima do ponto de equilíbrio significa que ela apresenta lucro.

2.2.1.3 Margem de segurança

A margem de segurança apresenta a ideia de quanto pode deixar de ser vendido e mesmo assim continuar tendo lucro. De acordo com Franco et al (2015), a margem de segurança corresponde ao volume de unidades vendidas deduzindo a quantidade no ponto de equilíbrio. Isso quer dizer que quanto maior for a margem de segurança, maior será a capacidade de geração de lucro maior a segurança de que a empresa não terá prejuízos.

A margem de segurança é quantidade de vendas que supera as vendas calculadas no ponto de equilíbrio. Nada mais sendo o quanto as vendas podem cair sem que haja prejuízo para a empresa, sendo assim, é a diferença entre as vendas e o ponto de equilíbrio chamando-se de margem de segurança (BORNIA, 2010).

Paludo (2015) complementa dizendo que a margem de segurança mede a diferença existente entre as quantidades precisas para o ponto de equilíbrio e que foram comercializadas efetivamente, igualmente no que diz respeito a receita de vendas necessária para o ponto de equilíbrio, no tocante à receita de vendas total efetivada.

Conforme Souza e Diehl (2009) a margem de segurança é “o quanto o nível de atividades pode ser reduzido sem gerar prejuízo”. Para o cálculo é apresentada a seguir a equação 3:

$$MS = \frac{R - R_0}{R} \quad (3)$$

Onde:

MS = Margem de segurança

R = Receita atual

R₀ = Receita no Ponto de Equilíbrio

Um aspecto que deve ser observado no cálculo da margem de segurança é que o percentual admissível de redução depende da receita atual, ou seja, se houver alteração na receita atual, a redução no percentual também muda (SOUZA; DIEHL, 2009). Percebe-se que para o conhecimento da margem de segurança se faz necessário a utilização do ponto de equilíbrio, tanto uma prática quanto a outra facilitam a compreensão do comportamento quanto a lucratividade.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar não pode ser considerada uma categoria recente no campo da sociologia rural, pois ao longo da história a identificação desses indivíduos que trabalham no meio rural já era empregada através da utilização de outras terminologias como camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar (GUERRA et al., 2007). O mesmo autor argumenta que a evolução do contexto social bem como as transformações ocorridas com o ator social agricultor são a causa da substituição do termo.

Os agricultores, podem ser vistos no mercado dependendo de sua integração no mesmo, podem variar de "camponeses" e "empresariais", isso conforme as necessidades socioeconômicas, se mantendo as características de agricultura familiar em ambas as situações (PLOEG, 2008).

Por se tratar de uma fração importante no mundo todo, a agricultura familiar traria benefícios se fosse implementada como política, a distribuição de renda seria mais uniforme, os solos seriam melhor aproveitados, além da contribuição para a questão demográfica (DUTRA; MENDONÇA; CASAROTTO, 2016).

Segundo a Lei n. 11.326 de 2006 (BRASIL, 2006) no seu artigo 3º estabelece que agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural e além disso deve cumprir os seguintes quesitos:

- I – não deter área maior do que quatro módulos fiscais;
- II – utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – a renda familiar ser predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento e;
- IV – o estabelecimento ser dirigido pelo agricultor (a) com sua família.

Callado, Albuquerque e Silva (2007) expõem que a literatura assinala quatro modelos de empresas de acordo com as relações de produção por grau de dependência:

- Modelo empresa, que possui um sistema dependente e pouco familiar;
- Empresa familiar, onde a família tem importância primordial;
- Agricultura camponesa e de subsistência, onde há a conservação das estruturas admitindo a sobrevivência de grupo doméstico;
- Agricultura familiar moderna, onde a organização é dinâmica.

No Pós-Guerra houve a adoção da política de “modernização” da agricultura brasileira, com isso houve grandes transformações no campo da produção agropecuária, e como consequência dessas transformações também ocorreram implicações nas esferas ambiental e social, movidas por movimentos populacionais no país nas últimas décadas do século XX. O conflito social na área rural está diretamente amparado a dois pilares do desenvolvimento agrário no país, sendo eles: a concentração da terra e a exclusão social dos agricultores tradicionais (MATTEI, 2014).

Segundo Escher et al (2014), nos últimos anos, mais especificamente desde a metade dos anos 1990, a agricultura brasileira apreciou mudanças na sua estrutura que estão transformando várias de suas características socioeconômicas, espaciais e históricas.

Por volta dos anos 1990, outros temas foram incluídos aos que já vinham sendo discutidos, entre eles o combate à fome, o resgate da cidadania aos habitantes do campo e a necessidade de romper com o poder econômico e político dos latifúndios. A proporção que a luta pela reforma agrária e a defesa pela agricultura familiar tomaram, fez com que essas questões ganhassem destaque na agenda dos governos (MATTEI, 2014). A pressão por parte de movimentos sociais ligados a sindicatos rurais resultou na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (SALGADO et al, 2017).

Novas ações governamentais voltadas para a agricultura familiar brasileira passaram a ser desenvolvidas a partir dos anos 2000, quando políticas públicas foram estabelecidas especialmente para esta categoria. Neste sentido, foram elaborados os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2009, os dois programas são aliados ao Programa Fome Zero (PFZ) e as ações do plano Brasil Sem Miséria (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017).

O PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696 de 2003, essa lei sofreu alterações através da Lei nº 12.512 de 2011 e foi regulamentada por diversos decretos, sendo o Decreto nº 7.775, de 2012 que se encontra vigente. O programa possui as finalidades de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Os alimentos são comprados da agricultura familiar com dispensa de licitação e são destinados às pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial (BRASIL, 2018).

O PNAE foi criado pela lei nº 11.947 de 2009, a qual estabelece que 30% do valor repassado pelo programa deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, como meio de estimular o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. Os beneficiados do programa são todos os alunos de da educação básica que estejam matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (BRASIL, 2018).

As ações criadas pelo governo para a agricultura familiar através de políticas têm como destaque os programas institucionais de compra de alimentos de agricultores familiares. Esses programas contribuem para a criação de cadeias de comercialização aproximando os agricultores e consumidores, ocasionando segurança alimentar, além de contribuir para o aumento da renda dos produtores (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

O fortalecimento da agricultura familiar é de fundamental importância para o desenvolvimento do Brasil, por ser um país de dimensões continentais e com grandes extensões de terra aptas ao cultivo e para geração e distribuição de renda (NOGUEIRA, 2014).

Uma das formas que contribui para que os agricultores familiares se fortaleçam e melhorem suas condições é por meio da disponibilização de recursos financeiros advindos dos programas governamentais os quais trazem inegáveis

benefícios a estes indivíduos, que passam a entender sua condição e se aperfeiçoam, unindo forças através do cooperativismo e associativismo.

2.4 GESTÃO DE CUSTOS EM PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES

Na agricultura, são considerados custos todos os gastos envolvidos de maneira direta e indireta com a cultura produzida, podendo-se citar como exemplos os custos com sementes, adubos, defensivos, mão-de-obra, dentre outros (ANDRADE, et al, 2012).

A gestão de custos é fundamental para qualquer tipo de empresa e com as propriedades rurais familiares não é diferente, embora este setor apresente algumas características diferenciadas das demais organizações. O funcionamento de um empreendimento rural é resultado de uma estrutura complexa, composta por variáveis interdependentes. A gestão de custos é justamente um desafio para o agronegócio porque sua conjuntura se diferencia de outros tipos e negócios no que se refere ao tempo da produção e venda dos produtos, bem como entre os custos e a obtenção da receita. (LOPES et al., 2012; KELM et al., 2015; SONTAG; ROJO; HOFER, 2016.).

O desempenho dos empreendimentos rurais pode ser afetado por diversos fatores, muitas vezes a unidade de produção não detêm o controle sobre determinadas variáveis, contudo a gestão é passível de controle. A sustentabilidade econômica da agricultura familiar e a melhora da qualidade de vida estão relacionadas a capacitação gerencial (COSTA; RALISCH, 2013).

Neste seguimento são grandes diferenciais competitivos a comparação de informações extraídas dos custos de produção entre as diversas atividades e diferentes períodos, a análise da rentabilidade do produto e o cálculo do ponto de equilíbrio (ENDERLE et al., 2013).

Conforme relata Kraychete, (2007), os agricultores familiares necessitam alcançar equilíbrio econômico, para tanto é preciso ter o mínimo de controle financeiro e ciência do quanto é indispensável para a alcance de recursos financeiros, insumos para produção e a manutenção do seu estabelecimento.

A conjuntura da análise econômica efetivada por intermédio de cálculos dos gastos de produção e das métricas do resultado econômico são importantes para

verificar e analisar os resultados conseguidos pelas atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares (ENDERLE et al, 2013; COSTA et al, 2015).

Para que os empreendimentos rurais obtenham sucesso nas suas atividades é de suma importância manter uma gestão de custos organizada, de forma a obter informações importantes para tomar decisões como: o que plantar, quais métodos de produção empregar, formular o preço de venda corretamente dentre outros. A contabilidade de custos é fundamental quando se trata de tomada de decisões, através dela é possível obter dados relevantes, melhorar os controles, mensurando patrimônios fornecendo dados úteis para usuários que necessitam tomar decisões. (MOREIRA; MELO; CARVALHO, 2016).

Ter conhecimento exato de quanto cada produto traz de rendimento é possível se o agricultor conhecer a composição dos seus custos. O diagnóstico de problemas na produção pode ser feito através da análise da composição dos custos de produção, da mesma maneira, fazer conclusões acerca do real rendimento de cada produto, tendo em vista que a identificação e controle permitem determinar em qual parte do processo de cultivo ocorreram os gastos mais expressivos. (CALGARO; FACCIN, 2012).

Recursos advindos da tecnologia, informações disponibilizadas pelos administradores são algumas fontes que contribuem na tomada de decisões. Além disso outros fatores também influenciam as decisões tomadas nos empreendimentos rurais, como às políticas governamentais e as condições impostas pelo mercado (SIMIONATTO et al, 2018).

As estratégias de longo prazo devem ser estabelecidas usando todas as informações fornecidas pela contabilidade de custos, as quais ajudam no processo de tomada de decisão. A continuidade e o desenvolvimento de qualquer empresa dependem da sua estruturação quanto a gestão bem como da utilização de práticas de custos (MOREIRA; MELO; CARVALHO, 2016).

A Gestão de Custos no ramo do agronegócio tem o objetivo de ajudar em uma gestão eficiente e a maximizar recursos insuficientes, visando uma melhoria contínua na produção energética e na produção de alimentos. A Gestão de Custos no segmento do agronegócio baseia-se na crescente necessidade de produção para suprir as necessidades da população mundial, diminuindo os custos de produção e desta forma oferecendo condições de acesso ao consumo a todas as classes (LIZOT et al, 2016).

A margem de lucratividade do pequeno agricultor normalmente é baixa, ou seja, o seu ganho é pouco se comparado ao faturamento dos grandes produtores, por esse motivo se não houver controle nos custos e um gerenciamento dinâmico pode ocorrer prejuízos e comprometer a continuidade da atividade. Por isso, é pertinente a busca pelo conhecimento de métodos e instrumentos quanto a negociação do produto com menores riscos, no que se refere as variações de preço.

Costa et al (2013), ponderam que agricultores com produções agrícolas maiores, maiores áreas de cultivo são aqueles que possivelmente apresentam maior renda bruta, todavia são os que possuem maiores obrigações fixas, assim sendo, precisam garantir uma condição de renda adequada para arcar com todas as despesas da propriedade rural.

A gestão de custos nos estabelecimentos rurais exige novas habilidades dos seus proprietários, os produtores rurais deixam de ser apenas produtores e passam a ser gestores, adquirindo obrigações inerentes a administradores de uma empresa. Os produtores que não tiverem um controle e planejamento da sua produção agrícola encontrarão dificuldades para gerar lucro e se manterem no mercado.

2.4.1 Desafios da Gestão de Custos em Propriedades Rurais Familiares

As propriedades rurais familiares enfrentam dificuldades quando se trata de gerir a sua propriedade, em comparação com outros tipos de organizações pode-se verificar que as dificuldades encontradas por eles são maiores, pois muitos possuem acesso restrito as informações que possam levar ao conhecimento de técnicas que auxiliem na gestão da sua propriedade rural. Clemente et al (2010, p.22) dispõe que “Especialmente no caso de pequenas propriedades rurais familiares, há maior precariedade tanto no que diz respeito aos métodos utilizados para a projeção e a aferição dos resultados quanto no que se refere à disponibilidade de informação”.

Cada produtor possui características específicas na maneira em que opera e isso influencia na projeção de resultados bem como na avaliação dos resultados que realmente são alcançados: podem ser conduzidos com base em documentos e tecnologia de informação, chegando a altos graus de formalização, bem como podem se amparar na intuição ou na experiência acumulada, sem ao menos serem demonstradas. Quando se trata de pequenas propriedades rurais familiares, estas normalmente possuem um nível baixo de organização e planejamento e dificilmente

utilizam práticas com registros efetivos de informações que orientem a tomada de decisão (CLEMENTE et al, 2010).

A dificuldade dos agricultores familiares em manter uma gestão de custos estruturada é consequência muitas vezes da falta de conhecimento de práticas que os ajudem no gerenciamento ou a falta de iniciativa na busca de informações para solucionar problemas relacionados a gestão da propriedade. Possenti (2010) se pronuncia a esse respeito dizendo que, para médias e grandes empresas que são estruturadas e com grande tecnologia esse processo de gestão é encarado como normal, diferentemente dos pequenos empreendimentos que enfrentam dificuldades na implementação de metodologias e padrões administrativos devido a fatores como a capacitação gerencial das pessoas inseridas no processo.

Callado, Albuquerque e Silva (2007, p. 57) dizem que “os gestores que atuam no âmbito da agricultura familiar devem ampliar seus conhecimentos utilizando programas de capacitação técnica e acompanhamento para poderem obter um melhor aproveitamento de sua produção”.

Outro fator limitante encontrado nas propriedades rurais que representa dificuldade para o desenvolvimento e aperfeiçoamento quanto a gestão de custos é a falta de escolaridade dos agricultores. Pereira (2011) expõe que a baixa escolaridade ou a falta desta por parte dos agricultores familiares pode ser um fator limitante na busca por métodos que venham a auxiliar na tomada de decisão. Para Lourenzani (2005) um nível de escolaridade menor por parte dos agricultores familiares dificulta a compreensão das exigências de mercado e interfere negativamente na busca por novas informações.

Filho et al (2015), encontrou em seu estudo sobre Gestão de custos e formação de preço de venda, caixa, risco operacional em arranjo produtivo no ramo da fruticultura no nordeste brasileiro que 45,2% dos pesquisados tomam a decisão baseados nos relatórios e indicadores fornecidos pela contabilidade, mas ao mesmo tempo se baseiam na intuição.

As dificuldades na atividade rural são causadas por ausência de informações relacionadas a gestão e a falta de conhecimento de instrumentos de controle de custos. Essas limitações acarretam problemas na geração de informações no que diz respeito a recursos utilizados, apuração de resultados e probabilidade de obtenção de lucro (MOREIRA; MELO; CARVALHO, 2016).

O clima é outro fator que é enfrentado pelo produtor rural e que causa impacto nos custos. De acordo com o Musyoka e Otumba (2016) na atividade agrícola existem fatores que não podem ser controlados pelo produtor, como os fatores climáticos, interferindo no risco de perdas na produtividade, entretanto esses riscos podem ser conhecidos com base em dados históricos da região, auxiliando dessa forma na tomada de decisão sobre o plantio. Lourenzani (2006) e Rodrigues (2016) também citam o fator clima como dificuldade para gerir a propriedade rural.

Outro ponto desfavorável para propriedades rurais no que diz respeito ao tratamento dado aos custos é a adaptação de um sistema de controle de custos. Dumer et al (2013, p.47) corrobora que “se o proprietário rural aliar um sistema contábil eficiente a boas práticas de captação e organização de informações poderá obter um diagnóstico da situação da propriedade”. O rigor no controle dos elementos de custos é um dos limitadores organizacionais para o pleno funcionamento da gestão de custos (CALLADO et al, 2007).

Outro motivo para a não adoção de sistema de custos é que os produtores rurais acreditam que o gerenciamento deve ser feito de forma simples, conforme exposto por Metzner et al (2013, p. 147) “Os proprietários rurais acreditam que o sistema simples e básico que desenvolvem é suficiente para atender o controle e o planejamento da propriedade”.

É preciso fazer a escolha adequada do sistema de custos, levando em consideração o ramo do estabelecimento, o seu porte e as informações que serão fornecidas por esse sistema, se escolhido de forma incorreta além de não proporcionar benefícios o sistema poderá causar distorções e colaborar para o mau andamento do negócio.

Savic, Vasiljevic, Dordevic (2014) citam as finalidades da utilização de um sistema de contabilidade de custos dizendo que é a compra de um componente de produto específico ou produção por si só, seja para o aceite de uma ordem especial, para inserir um novo produto, ou seja ainda para suprimir ou reorganizar algum produto”.

A produção para o autoconsumo também é um grande desafio que permeia a agricultura familiar no que se refere a consideração dos custos e ao seu controle. Grisa, Gazolla e Schneider (2010) ensinam que “autoconsumo refere-se a toda produção realizada pela família cujos produtos são destinados ao seu próprio consumo”.

Considerar os custos envolvidos no autoconsumo é um desafio para o pequeno agricultor familiar. Poucas vezes o autoconsumo é considerado do ponto de vista da viabilidade econômica, embora seja um agente decisivo para a continuidade das unidades familiares de produção (OZELAME; TROIAN; CAVALHEIRO, 2007). De acordo com Grisa (2007), “a produção para autoconsumo está presente na totalidade dos estabelecimentos e tem representação financeira significativa”.

A separação dos gastos da produção com os demais custos (custos e despesas pessoais) faz parte dos desafios enfrentados pelo produtor rural, a não separação causa resultados distorcidos. A unidade familiar necessita ser diferenciada das atividades desenvolvidas na propriedade rural, fazendo a separação do seu desempenho econômico-financeiro de ambas separadamente, atentando sempre para as dificuldades do negócio (PALUDO, 2015).

É comum em propriedades rurais familiares a ocorrência da diversificação de atividades, ou seja, em uma mesma propriedade são produzidos diversos produtos ou diversas atividades agrícolas e pecuárias. Devido essa diversidade os produtores acabam por exemplo, utilizando parte da produção como alimentação dos animais, porém essa integração entre as atividades é uma complexidade difícil de ser compreendida numa análise de gestão de custos clássica, pois essa integração não é considerada no momento do levantamento dos custos. Lourenzani (2005) afirma que a diversidade na organização e produção de atividades agrícolas ocorridas no meio rural denotam características complexas.

As rápidas mudanças e os desafios que ocorrem no setor agrícola comprovam que há necessidade por parte das propriedades rurais familiares de adotar estratégias de gestão, para desta forma contribuir para a continuidade sustentável da agricultura familiar.

3. METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa permite um aprofundamento sobre o tema estudado, possibilitando o seu entendimento e a sua importância através do emprego de métodos. Cervo e Bervian (1996, p. 20) explicam que “em sentido mais geral, o método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado”.

Este trabalho é desenvolvido por meio de conhecimentos disponíveis e com o auxílio de métodos e técnicas de investigação científica, seu objetivo é disponibilizar respostas aos problemas propostos através de um processo que abrange várias fases (GIL, 2010).

Do ponto de vista do objeto a pesquisa classifica-se como de campo, Gil (2008) explica que no estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social e se faz uso de técnicas como a observação e a interrogação. Além das características dos empreendimentos rurais que serão estudados, busca-se compreender a utilização de práticas da gestão de custos. Já quanto ao ponto de vista da sua natureza é aplicada. Através dessa pesquisa pretende-se sugerir melhorias para as propriedades rurais familiares.

Quanto a forma de abordagem do problema caracteriza-se como pesquisa combinada, ou seja, é predominantemente qualitativa, mas também é classificada como quantitativa. Turrioni e Mello (2012, p. 81) esclarecem que a pesquisa combinada “considera que o pesquisador pode combinar aspectos das pesquisas qualitativas e quantitativas em todos ou em algumas das etapas do processo de pesquisa”. A pesquisa é qualitativa porque será estudado o comportamento das propriedades rurais quanto a gestão de custos, e quantitativa porque serão gerados dados numéricos, sendo estes dados analisados. De acordo com Oliveira (2011, p. 82) “Estudos com metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de suas variáveis entre si e com o todo”. A abordagem quantitativa é definida por Martins (2003, p. 135) “É a quantificação dos resultados provenientes da coleta dos dados sob a forma de símbolos matemáticos e/ou artísticos”.

Referente aos seus objetivos é exploratória, pois será investigado sobre a utilização das práticas da gestão de custos por parte das propriedades rurais familiares, investigando também a percepção dos entrevistados sobre os benefícios dessas práticas para a tomada de decisão. A pesquisa de levantamento exploratória é realizada segundo Turrioni e Mello (2012, p. 136) quando “o objetivo é obter uma percepção preliminar a respeito de um tópico, fornecendo a base para um levantamento mais profundo”.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos se enquadra como levantamento ou *survey*. Foram estudadas de forma detalhada quanto a gestão de custos as propriedades rurais familiares da cidade de Rio Azul – PR, a qual faz parte da região Centro Sul do Estado do Paraná. Para Gil (2010, p. 35) as pesquisas de levantamento “se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo o comportamento se deseja conhecer”.

Desta forma, decidiu-se pela elaboração de um questionário semiestruturado, o qual foi aplicado pessoalmente pela pesquisadora, propiciando a interpretação dos dados e no conhecimento referente as práticas da gestão de custos e nos benefícios para a tomada de decisão.

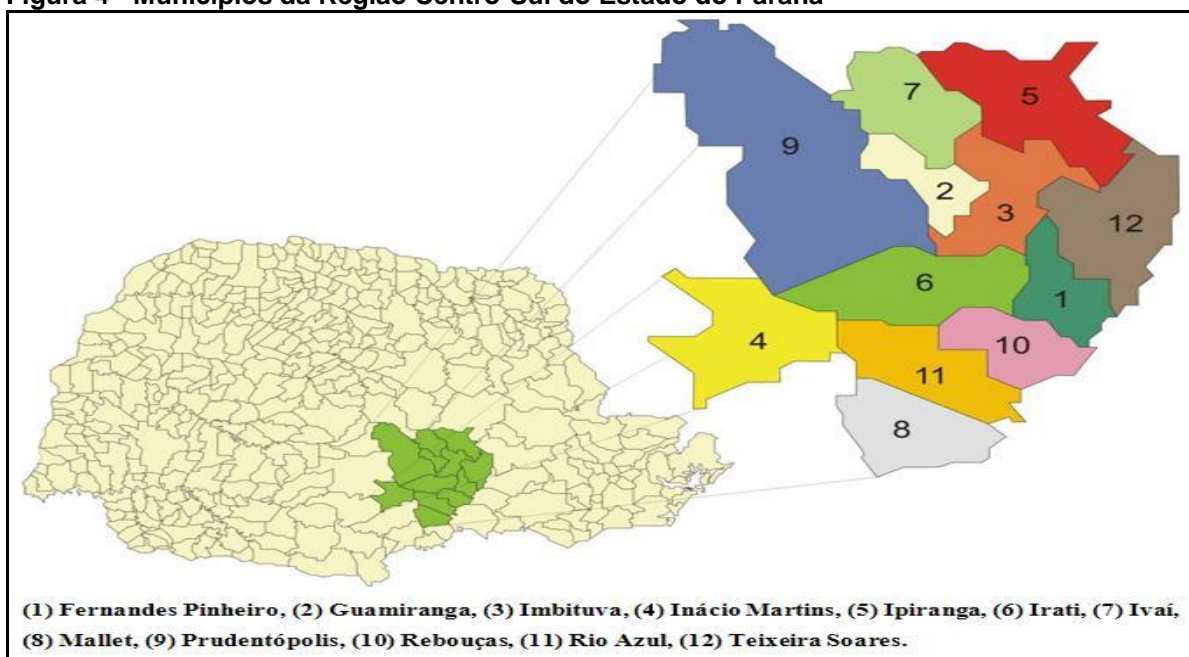
A respeito da percepção dos benefícios das práticas da gestão de custos na tomada de decisão, as variáveis dessa pesquisa foram mensuradas através do uso da escala likert de 1 a 5.

3.2 A REGIÃO CENTRO-SUL DO ESTADO DO PARANÁ – CLASSIFICAÇÃO AMCESPAR

A AMCESPAR - Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Estado do Paraná – Microrregião 17, foi fundada em 25 de março de 1983 em Irati, onde localiza-se sua sede. Tem como objetivo especialmente a integração administrativa, executiva, econômica e social dos municípios que a compõem. Representa uma área de 9.841.622 Km, onde a população ultrapassa os 225.000 habitantes (AMCESPAR, 2017). Atualmente os municípios integrantes dessa região são: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins, Imbituva, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares. Os municípios que fazem parte da região Centro Sul do Estado do Paraná conforme a classificação da

AMCESPAR são apresentados abaixo pela figura 4.

Figura 4 - Municípios da Região Centro-Sul do Estado do Paraná



Fonte: Conselho Gestor do Território Centro Sul do Paraná (2011)

A região onde encontra-se o município pesquisado apresenta o segundo maior percentual de estabelecimentos da agricultura familiar do Estado do Paraná com 88% e representam 58% da área regional destinada à agricultura familiar. (IPARDES, 2009).

Com base nos dados do IPARDES (2010) a média do IDH-M da região da AMCESPAR (12 municípios) é de 0,668, sendo o menor IDHM apresentado pelo município de Fernandes Pinheiro 0,645 e o maior pelo município de Irati 0,726.

Com relação ao município na qual encontram-se localizadas as propriedades rurais familiares que fazem parte desta pesquisa, verifica-se que o IDH-M está abaixo da média do Estado do Paraná, sendo de 0,687, enquanto que o IDH-M do Estado é de 0,749 (IPARDES, 2010). Esses dados reforçam a necessidade de pesquisas que identifiquem o comportamento dos agricultores familiares da região Centro-Sul do Estado do Paraná, pois o levantamento desses dados pode servir de base para a criação de ferramentas que ajudem a melhorar o desenvolvimento da agricultura familiar.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população deste estudo compreende as propriedades rurais familiares do município de Rio Azul, localizado na região Centro-Sul do estado do Paraná, essas propriedades fazem parte de uma cooperativa de agricultores familiares, totalizando 34 propriedades. A escolha do município se deu por conveniência, que segundo Cooper e Schindler (2003), é quando o pesquisador tem liberdade para selecionar os indivíduos que farão parte da amostra.

Inicialmente foi feito contato via telefone e e-mail com a Secretaria da Agricultura e com a Secretaria de Educação dos 12 municípios que fazem parte da região Centro Sul do Estado do Paraná. Através dos contatos foi possível verificar quais cooperativas estavam ativas e o total de associados vinculados aos programas governamentais PAA e PNAE.

A escolha da Cooperativa para a realização da pesquisa e dos agricultores familiares associados à ela, ocorreu devido ao fato da mesma possuir um grande número de agricultores associados ativos que estão vinculados aos dois programas governamentais PAA, programa do governo federal, e PNAE, programa governamental que envolve o âmbito estadual e municipal, o que demonstra a grande relevância da Cooperativa e conseqüentemente sua fundamental importância para o desenvolvimento da agricultura familiar da região.

O foco da pesquisa não limita-se somente a gestão de custos referente aos produtos produzidos e entregues aos programas governamentais, sendo este critério utilizado somente para a definição da amostra, ou seja, alguns agricultores produzem outros produtos que são comercializados em outros canais de comercialização, estes são também considerados desde que se enquadrem nas categorias: olerícolas (hortaliças, verduras, legumes e tubérculos), produtos processados (panificados, embutidos, compotas e doces) e frutas.

A população, portanto, são 34 propriedades rurais familiares pertencentes a região Centro-Sul do Estado do Paraná, localizadas no município de Rio Azul. Destas compõe a amostra 30 propriedades rurais familiares que comercializam sua produção aos programas governamentais Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com Yin (2001, p.105), a coleta de dados pode ser realizada de maneiras diferentes, como “documentação, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos”.

Para a elaboração do referencial teórico bem como para o levantamento de trabalhos que embasem a discussão dos dados foi realizada a pesquisa de artigos nas bases de dados: *Scopus*, *Science Direct* e *Web of Science*. Foi feita a análise bibliométrica das publicações relativas ao tema abordado e aplicado o *methodi ordinatio*, para definir os artigos mais relevantes. *Methodi Ordinatio* é uma metodologia multicritério de tomada de decisão (*Multi-Criteria Decision Aid – MCDA*) com o objetivo de selecionar artigos científicos para composição de um portfólio bibliográfico (PAGANI; KOVALESKI; RESENDE, 2015).

A pesquisa na base de dados foi efetuada com base em palavras-chaves em inglês: *family farming*, *costs management*, *decision making*, *costs management practices*.

A partir da definição do portfólio de artigos, os dados foram tratados com o auxílio dos softwares gratuitos *Mendley* e *JabRef* e de planilha eletrônica. Foram considerados os artigos publicados nos últimos cinco anos, após considerar o fator de impacto *Journal Citation Reports (JCR)* e número de citações de cada artigo realizou-se a aplicação da equação 4, *InOrdinatio* (PAGANI ET AL, 2015) empregando o valor de 10 para α :

$$\text{InOrdinatio} = (F_i / 1000) + \alpha * [10 - (\text{AnoPesq} - \text{AnoPub})] + (\sum C_i) \quad (4)$$

No referencial teórico e discussão dos dados também foram utilizados artigos encontrados através de buscas realizadas diretamente no site de periódicos, bem como livros, banco de dados de Universidades contendo trabalhos de dissertação e teses de doutorados.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas, sob a forma de roteiro preestabelecido. Minayo (2010, p. 64) explica que a entrevista semiestruturada “garante ao pesquisador construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa e qualitativo-entrevistas em profundidade, ocasião em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema”.

As perguntas do questionário foram elaboradas a partir das pesquisas anteriores de Fonseca (2018); Rodrigues (2017); Metzner et al, (2013); Tacconi Neto (2006), os quais pesquisaram sobre a agricultura familiar. O questionário utilizado na realização das entrevistas encontra-se no Apêndice A e foi dividido em sete blocos, a saber:

Bloco I – Caracterização da Pequena Propriedade Rural Familiar; este bloco foi elaborado com a finalidade de cumprir com o primeiro objetivo específico que é caracterizar as propriedades rurais familiares da região Centro Sul do Estado do Paraná. Nele são apresentados dados quanto ao tempo de trabalho com agricultura familiar, composição, ocupação escolaridade, sexo e idade dos componentes da unidade familiar.

Bloco II – Histórico da Propriedade, os dados se referem a condição legal e origem da propriedade, tempo que a família possui a propriedade e se a propriedade possui computador e internet.

Bloco III – Caracterização da produção, as informações coletadas são dados sobre as culturas produzidas (área de cultivo, faturamento, volume de produção e equipamentos utilizados).

Bloco IV– Caracterização da Comercialização é o último bloco para o cumprimento do primeiro objetivo, nele são coletadas informações sobre os canais de comercialização e fatores que influenciam no momento da comercialização.

Bloco V – Composição dos Gastos, foi criado para cumprir com o segundo objetivo que é identificar a composição dos gastos (custos e despesas) das propriedades rurais familiares. Neste bloco são apresentados os custos diretos e indiretos e seu controle por parte das propriedades rurais.

Bloco VI – Práticas da Gestão de Custos, foi desenvolvido para cumprir com o terceiro objetivo que consiste em detalhar a utilização de práticas de custo-volume-lucro empregadas nos pequenos empreendimentos rurais familiares. São apresentados dados com relação a utilização das práticas de gestão de custos referentes ao custo-volume-lucro, sendo elas a margem de contribuição, ponto de equilíbrio e margem de segurança. As questões foram formuladas de forma a facilitar o entendimento das práticas por parte dos agricultores entrevistados.

Bloco VII – Percepção dos Benefícios da Utilização das Práticas da Gestão de Custos na Tomada de Decisão, foi traçado para cumprir com o quarto e último objetivo específico, o qual compreende verificar a percepção dos agricultores

referente aos benefícios proporcionados através da utilização das práticas de custo-volume-lucro. São apresentados alguns benefícios na tomada de decisão e os agricultores atribuem um grau de importância para cada um deles de acordo com medidas de concordância.

Para a questão relativa ao bloco VII, foi utilizado o modelo de respostas baseado na escala *likert* de 5 pontos, onde a escala representa o grau de importância atribuído pelos agricultores aos benefícios advindos da utilização das práticas da gestão de custos. Neste estudo o grau 1 representa sem importância, o grau 2, pouco importante, grau 3 para talvez seja importante/talvez não, grau 4 para importante e grau 5 muito importante. Grando (2017), em seu trabalho intitulado “Práticas de Gestão Estratégica de Custos e Posicionamento Estratégico: Um Estudo no Setor do Agronegócio Brasileiro” faz uma análise semelhante quanto a intensidade de utilização das práticas de gestão de custos estratégico e posicionamento estratégico das empresas.

O projeto desta pesquisa juntamente com o questionário foram submetidos na Plataforma Brasil, sob o número do CAAE 76811717.2.0000.5547 e após a realização de todos os ajustes solicitados pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, o projeto foi aprovado na Plataforma Brasil. “O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, que tem por objetivo defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.” (COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA, 2018).

Aplicou-se um pré-teste para a verificação da necessidade de ajustes no questionário, após os ajustes o questionário foi aplicado *in loco* aos agricultores familiares dos segmentos de olerícolas, frutas e processados. Os entrevistados foram os responsáveis pelas propriedades rurais familiares, devido serem considerados fontes primárias de informação. As entrevistas foram previamente agendadas com os agricultores, conforme sua disponibilidade de data e horário, e realizadas pela autora do trabalho através de visitas às propriedades e a sede da Cooperativa.

O tratamento dos dados ocorreu em duas etapas, na primeira os dados foram transcritos e tabulados com o auxílio de planilha eletrônica, no *software* Excel e na segunda etapa foi feita a análise interpretativa e descritiva, sendo utilizado como instrumentos a estatística descritiva, com os resultados apresentados por meio de gráficos, tabelas e medidas de síntese, como porcentagens, índices e médias.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta análise dos resultados e discussão dos dados, dividindo-se em três seções. A primeira seção trata da caracterização das propriedades rurais familiares da região Centro Sul do Estado do Paraná, na qual é demonstrado o perfil dos agricultores familiares, perfil das propriedades rurais familiares, a caracterização da produção e a caracterização da comercialização. A segunda diz respeito ao Controle dos Gastos, onde apresenta-se a composição dos custos e despesas, e a terceira sessão evidencia a utilização de práticas da Gestão de Custos para a tomada de decisão quanto ao custo-volume-lucro e a percepção dos agricultores familiares sobre os benefícios das práticas para a tomada de decisão.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES DA REGIÃO CENTRO SUL DO ESTADO DO PARANÁ

4.1.1 Perfil dos Agricultores Familiares

Foram entrevistados 30 propriedades rurais familiares às quais seus responsáveis se encontram com o cadastro ativo na Cooperativa Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Rio Azul. As propriedades na qual as entrevistas foram realizadas não são identificadas, bem como os agricultores que responderam o questionário também não são identificados, sendo classificados como “PAF” (propriedade agrícola familiar) e designados por números de 1 a 30.

Conforme demonstrado na Tabela 1, há variação entre o número de componentes do núcleo familiar, entre 1 e 5 membros predominando núcleos familiares com 2 membros. São poucas as propriedades onde há componentes crianças, apenas em quatro propriedades, as quais apresentam idade entre 1 e 10 anos. Este resultado se aproxima com o encontrado por outros autores como Rodrigues (2016) e Souza (2016), onde encontram núcleos familiares compostos por poucos membros.

Esses dados revelam ainda outra situação que ocorre no campo que é a permanência na sua grande maioria somente do casal. Quanto a este fato, Coelho et

al (2018), levantou que a maioria dessa população se encontra em processo de envelhecimento, uma vez que encontrou na sua pesquisa que somente 21,43% dos filhos ajudam nas atividades agrícolas, situação que demonstra que a maioria dos filhos não tem interesse em continuar com a atividade agrícola desenvolvida pelos pais.

O tempo de trabalho com a agricultura familiar, considerando as atividades com olerícolas, frutas e processados tem como mínimo 3 anos e como tempo máximo 35 anos, apresentando uma média de 13,83 anos. Favato e Nogueira (2017) que investigaram 22 produtores rurais que comercializam seus produtos em duas feiras da cidade de Londrina – PR obtiveram como resultado que o tempo de atuação na agricultura para 72% dos respondentes é maior que 20 anos.

Tabela 1 – Perfil das Propriedades Rurais Familiares

(continua)

Propriedade Agrícola Familiar	Nº componentes da propriedade	Tempo de trabalho com Agricultura Familiar	Gênero responsável	Idade Resp. (propriedade)	Escolaridade Resp. (propriedade)	Escolaridade Resp. (Produção)
PAF1	3	30	Masculino	55	E.F.I	E.F.I
PAF 2	4	15	Feminino	68	E.F.I	E.F.I
PAF 3	3	24	Masculino	52	E.F.I	E.M.C
PAF 4	4	12	Feminino	60	E.M.C	E.M.C
PAF 5	2	20	Masculino	77	E.F.C	E.M.C
PAF 6	4	3	Masculino	29	E.M.C	E.M.C
PAF 7	2	40	Masculino	56	E.F.I	E.F.I
PAF 8	4	15	Masculino	30	E.M.C	E.M.C
PAF 9	2	6	Feminino	48	E.F.I	E.F.I
PAF 10	2	6	Feminino	43	E.F.I	E.F.I
PAF 11	2	6	Feminino	46	E.M.I	E.F.I
PAF 12	3	30	Masculino	57	E.M.C	E.M.C
PAF 13	2	6	Masculino	60	E.F.I	E.F.I
PAF 14	2	6	Feminino	49	E.F.I	E.F.I
PAF 15	3	8	Masculino	36	E.F.I	E.F.I
PAF 16	2	10	Masculino	39	E.F.C	E.F.C
PAF 17	3	7	Masculino	32	E.M.C	E.M.C
PAF 18	2	30	Masculino	62	E.F.I	E.F.I
PAF 19	2	6	Masculino	31	E.F.C	E.F.C
PAF 20	4	18	Masculino	54	E.F.I	E.M.C
PAF 21	3	20	Masculino	41	E.F.C	E.F.C
PAF 22	2	6	Masculino	33	E.M.C	E.M.C

Tabela 1 – Perfil das Propriedades Rurais Familiares

(conclusão)						
Propriedade Agrícola Familiar	Nº componentes da propriedade	Tempo de trabalho com Agricultura Familiar	Gênero responsável	Idade Resp. (propriedade)	Escolaridade Resp. (propriedade)	Escolaridade Resp. (Produção)
PAF 23	2	30	Masculino	56	E.F.I	E.F.I
PAF 24	2	3	Masculino	33	E.M.C	E.M.C
PAF 25	4	35	Masculino	62	E.F.I	E.F.I
PAF 26	1	5	Masculino	50	E.M.C	E.M.C
PAF 27	2	4	Feminino	45	E.F.C	E.F.C
PAF 28	2	8	Masculino	54	E.F.I	E.F.I
PAF 29	5	3	Feminino	45	E.F.C	E.F.C
PAF 30	5	3	Feminino	46	E.F.I	E.F.I

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EFC – Ensino Fundamental Completo; EMI – Ensino Médio Incompleto; EMC – Ensino Médio Completo.

Fonte: Autoria Própria (2018).

Quanto ao perfil dos componentes das propriedades rurais familiares, identifica-se que o responsável pela propriedade é predominantemente do gênero masculino, sendo um total de 70% sob a responsabilidade de homens e em 30% das propriedades as mulheres são as responsáveis. Lourenzani (2005) encontrou um resultado semelhante em sua pesquisa, de 33 estabelecimentos rurais familiares entrevistados 97% tem o homem como responsável pelo estabelecimento. O autor diz que esse cenário é típico da atividade agrícola brasileira. Outro pesquisador que obteve resultado semelhante em sua pesquisa foi Souza (2016), que entrevistou agricultores da região Oeste do Paraná e observou que a maioria dos responsáveis pela propriedade é predominantemente do sexo masculino. Simionatto (2018) também encontrou resultados que corroboram com a presente pesquisa, quanto ao gênero dos pesquisados.

Ainda em relação aos responsáveis pelas propriedades, a média de idade entre eles é de 48 anos, o que tem menos idade tem 29 anos e que tem mais idade tem 77 anos. A idade entre todos os componentes varia entre 1 e 84 anos, sendo a média entre eles de 40,8 anos. Percebe-se que pela média de idade que há poucos jovens que permanecem no campo. Dalcin (2010), Colleta et al (2013), Souza (2016), Simionato (2018) contribuem com os dados e demonstram que a média de idade dos agricultores familiares entrevistados está acima de 40 anos.

A idade elevada dos responsáveis pela propriedade interfere na prática de controle da gestão, Colleta et al (2013) evidenciou que os mais jovens têm maiores

oportunidades de estudo, obtendo conhecimentos que os ajudam a entender a importância do controle, também possuem maior habilidade para a utilização da informática como aliada no controle da gestão rural.

No que diz respeito a escolaridade dos responsáveis pela propriedade observa-se que 50% possuem o ensino fundamental incompleto, concluindo apenas os anos iniciais, chegando a concluir no máximo a 4ª série, 20% tem ensino fundamental completo, 26,67% possuem ensino médio completo e 3,33% tem ensino médio incompleto. Referente a escolaridade dos responsáveis pela produção e gestão de custos, não há diferenças significantes, visto que na grande maioria os responsáveis pela propriedade são também os responsáveis pela produção e gestão de custos. Não há ocorrência de agricultores sem escolaridade entre os respondentes, bem como nenhum possui o ensino superior.

Os demais componentes do núcleo familiar apresentam escolaridade mais elevada que o responsável pela propriedade, 41,51% tem o ensino médio completo e 3,77% concluíram o ensino superior. No entanto, o número de integrantes do núcleo familiar que não concluíram o ensino fundamental é de 35,85%, o total dos que concluíram é de 9,43%. Os componentes que não possuem escolaridade representam 3,77%. Ainda há os que estão em idade escolar e cursam o ensino médio, classificados na categoria ensino médio incompleto, representando 5,66%. Calgaro e Faccin (2012) encontraram baixa escolaridade em seus entrevistados. A respeito da importância da escolaridade no meio rural Solano (2017), expõe que o cenário de baixa escolaridade entre os agricultores é preocupante, visto que a instrução do agricultor pode ser um fator impulsionador do crescimento do estabelecimento rural.

No estudo de Lourenzani (2005), o nível de escolaridade é baixo, apenas 61% dos produtores de 33 empreendimentos familiares estudados, possui o ensino fundamental completo. O autor afirma que “essa característica está vinculada com a idade dos produtores e que o produtor com mais idade tende a ser mais conservador nas suas atividades e técnicas gerenciais”.

Isso quer dizer que a falta de estudo por parte dos responsáveis pela produção, ou por parte dos demais componentes familiares que trabalham na propriedade, pode ser um motivador para que os estabelecimentos rurais familiares não se desenvolvam em vários aspectos como na tecnologia e inovação, novas técnicas de produção e no tocante a gestão da propriedade, impactando

consequentemente na deficiência da gestão de custos.

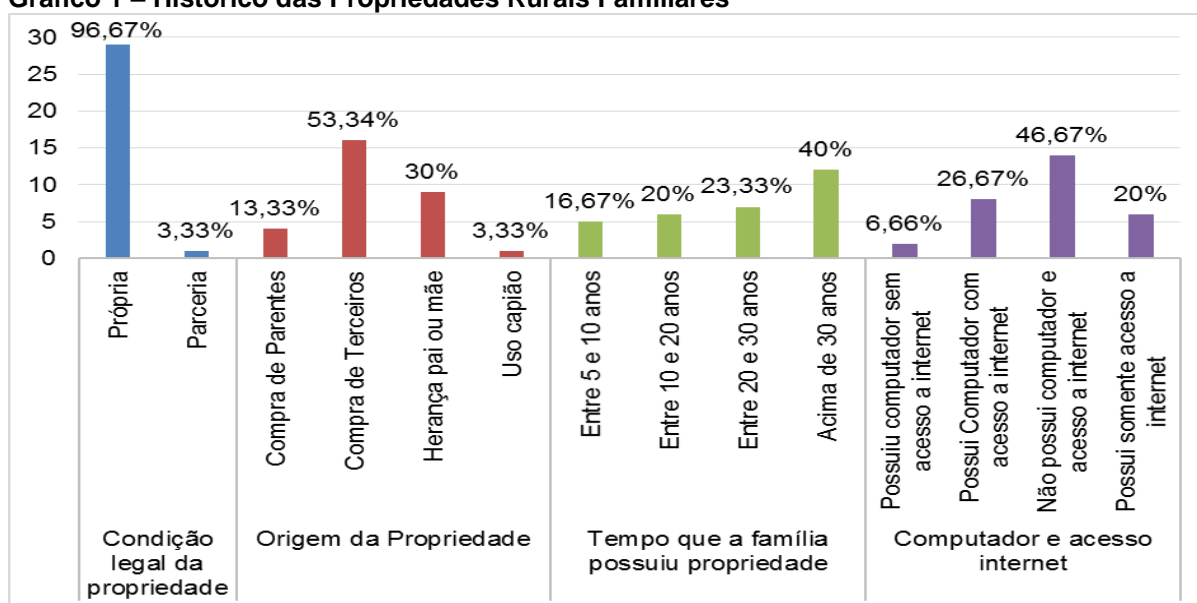
No que se refere a dedicação à atividade agrícola familiar, em 25 propriedades, o que representa 83,33%, todos os membros têm como ocupação principal a agricultura. Em um dos núcleos familiares a ocupação de um dos membros é o trabalho assalariado como vendedor, mas o mesmo trabalha na atividade agrícola durante meio período. Há um núcleo onde uma componente não se dedica a atividade rural, pois a mesma trabalha em um escritório na cidade. Três componentes, cada um pertencente a propriedades distintas, se dedicam aos estudos. Dalcin (2010) encontrou que em 84,41% dos estabelecimentos rurais a dedicação é integral a agricultura.

Oliveira (2015), diz que há uma nova dinamização das atividades e da organização produtiva. O autor argumenta que o processo migratório contribui para a redução da mão-de-obra, permanecendo no campo apenas o casal de aposentados, o que possivelmente acarretará uma queda na produção e até mesmo o fim de algumas culturas.

A mão de obra em todas as propriedades é predominantemente familiar, nenhuma das propriedades informaram possuir funcionários contratados. Esse fato é comum em pequenas propriedades, Kruger et al (2014) identificou um percentual de 77% de propriedades que não possuíam nenhum funcionário contratado.

4.1.2 Histórico das Propriedades Rurais Familiares

Neste item será abordado a condição legal da propriedade, origem, tempo em que a família possui a propriedade e se na propriedade há computador e acesso à internet. Os dados apontam que a condição legal da maioria das propriedades é própria com 96,67% das respostas e 3,33% é parceria conforme representado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Histórico das Propriedades Rurais Familiares

Fonte: Autoria própria (2018).

No que diz respeito a origem das propriedades pesquisadas, 53,34% foram adquiridas de terceiros, 30% foram herdadas de pai ou mãe, 13,33% foram compradas de parentes e 3,33% é proveniente de usucapião. Destaca-se que o tempo em que a família possui a propriedade é elevado, 40% dos pesquisados tem a posse a mais de 30 anos. Nesse contexto Grainer (2017) se deparou com o resultado de que 57,5% das propriedades foram adquiridas com recursos próprios e 42,5% recebidas por herança. O autor diz que esse resultado explica a permanência dos agricultores no campo, que acabaram adquirindo mais terras com o passar do tempo e ampliando as atividades.

Uma questão importante para que os pequenos agricultores possam se desenvolver é o acesso à tecnologia, por meio do uso de computadores e internet. Através da internet os agricultores podem conseguir informações importantes para o gerenciamento da propriedade e o computador pode se tornar uma ferramenta valiosa para a gestão de custos, possibilitando o gerenciamento dos custos por meio de planilhas ou por sistemas de custos. Em sua pesquisa, Mendes, Buanain e Fasiaben (2014), explicam que o produtor rural brasileiro ainda tem acesso limitado à tecnologias de informação e comunicação. No entanto, na opinião dos autores, a adoção dessas tecnologias pode trazer benefícios significativos ao desenvolvimento das propriedades.

Das propriedades participantes da presente pesquisa 46,67% das propriedades não possuem computador e nem acesso a internet, 26,67% tem computador e acesso a internet, 20% possui acesso somente a internet e a utiliza no celular, 6,66% possui computador, mas não possuem acesso a internet. Em sua pesquisa com pequenos produtores de café no Sul de Minas Gerais, Costa et al (2013) descobriram que apenas 16% de 332 propriedades são informatizadas, o que dificulta a qualidade do processo de gestão. Montalván et al (2017) que estudou 232 estabelecimentos agropecuários localizados nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul obteve como resposta de 53% dos agricultores que a falta de uso de computador para gerenciamento é uma fraqueza que interfere no desenvolvimento rural e 42% apontam como fraqueza o uso da internet no gerenciamento da propriedade.

Diante do avanço das tecnologias voltadas para a produção, se faz necessário o avanço também no sentido do gerenciamento de custos informatizado, com utilização de sistemas de custos, pois dessa forma o produtor rural poderá ter o histórico dos custos e tomar decisões munido de informações confiáveis e sólidas, que resultarão num melhor desempenho das atividades. Callado et al (2007, p. 49) contribuem a esse respeito dizendo que “Os sistemas de custos são provedores de informações para que a gerência possa tomar as decisões mais corretas possíveis, permitindo identificação de gastos que estejam reduzindo a lucratividade da exploração”.

4.1.3 Caracterização da Produção

As propriedades rurais familiares pesquisadas são classificadas como produtoras de olerícolas (hortaliças, verduras, legumes e tubérculos), frutas e produtos processados (panificados, embutidos, compotas, doces).

Alguns dados reforçam a importância da produção de hortaliças no estado do Paraná, no ano de 2016 a área cultivada com hortaliças foi de 125,1 mil hectares, e a produção atingiu 3,06 milhões de toneladas, o que representa uma movimentação no mercado de aproximadamente R\$ 4,96 bilhões. A fruticultura teve uma participação no Valor Bruto da Produção – VBP de 1,8% na safra 2014/2015 o que equivale a R\$ 77,9 bilhões. (SEAB, 2017).

A Tabela 2 demonstra que do total de trinta propriedades investigadas, 10% são produtoras somente de olerícolas, 30% produzem somente frutas, 40% somente processados. Há algumas propriedades que desenvolvem mais de um tipo de produção, sendo 16,67% produtoras de olerícolas e frutas, 3,33% produz olerícolas e processados. As variedades de frutas cultivadas pelas propriedades são: amora, banana, caqui framboesa, laranja, maracujá, morango, melancia, pêssego, pocã e uva. Já no grupo dos processados a produção das propriedades se concentra em pães, massas, compotas, geleias, embutidos. No grupo das olerícolas, são produzidas uma grande variedade de hortaliças, verduras, legumes e tubérculos, incluindo como principais almeirão, acelga, alface, beterraba, batata-doce, brócolis, cenoura, couve, couve-flor, escarola, mandioca, repolho, brócolis, pepino, pimentão, rúcula, tomate, dentre outros.

Alguns agricultores usam parte das suas terras para cultivar outras culturas, como o milho, a soja e o fumo, o que demonstra a busca pela diversidade de culturas. Suess-Reyes e Fuetsch (2016) argumentam que em empreendimentos agrícolas menores, a dedicação a diversificação é praticada em função de reduzir alguns riscos como a flutuação de preços ou estragos provocados por desastres ecológicos.

No cenário de um mercado cada vez mais dinâmico, a diversificação surge como uma estratégia para produtores familiares, se tornando uma alternativa de sobrevivência. Se caracteriza também, como uma maneira de fugir da dependência imposta pelo mercado para diminuir os riscos diante de períodos de instabilidade enfrentados pela agricultura, no que se refere a instabilidade causada por agentes externos como o clima, as pragas, as doenças e as variações de mercado. É uma opção que contribui para o aumento da renda familiar (VIELMO; DRUMM; DEPONTI, 2017).

Tabela 2 – Características da Produção

Utilização das Práticas	Propriedade Rural Familiar	Ramo atividade	Área Total Propriedade (hec)	Área de Cultivo (hec)	Faturamento Bruto Mensal	Volume de Produção (kg) Mensal
Utilizam as Práticas	PAF 3	Frutas	12,0	0,5	R\$ 420,00	96
	PAF 5	Frutas	6,0	3,0	R\$ 666,00	83
	PAF 23	Frutas	43,5	0,5	R\$ 3.600,00	300
	PAF 7	Frutas	6	0,7	R\$ 3.000,00	490
	PAF 21	Olerícolas	7,0	1	R\$ 2.000,00	380
	PAF 7	Olerícolas	5,8	0,7	R\$ 2.500,00	1.733
	PAF 1	Olerícolas	8,5	1,0	R\$ 500,00	300
	PAF 12	Olerícolas	7,0	1,0	R\$ 2.000,00	1.500
	PAF 1	Processados	8,5	–	R\$ 1.500,00	250
	PAF 12	Processados	7,0	–	R\$ 3.800,00	475
	PAF 9	Processados	29,0	–	R\$ 3.800,00	475
	PAF 10	Processados	7,0	–	R\$ 3.800,00	475
	PAF 11	Processados	16,0	–	R\$ 3.800,00	475
	PAF 13	Processados	16,0	–	R\$ 3.800,00	475
	PAF 14	Processados	7,0	–	R\$ 3.800,00	475
	PAF 27	Processados	3,0	–	R\$ 600,00	55
	PAF 30	Processados	2,4	–	R\$ 600,00	55
	Não Utilizam as Práticas	PAF 6	Frutas	7,0	1,0	R\$ 5.000,00
PAF 16		Frutas	9,7	0,5	R\$ 1.666,00	417
PAF 18		Frutas	38,7	0,5	R\$ 875,00	290
PAF 19		Frutas	38,0	0,5	R\$ 875,00	290
PAF 20		Frutas	12,0	1,0	R\$ 1.500,00	417
PAF 26		Frutas	4,8	2,4	R\$ 1.300,00	600
PAF 15		Frutas	2,7	0,2	R\$ 400,00	40
PAF 8		Frutas	64,0	0,5	R\$ 1.500,00	500
PAF 22		Frutas	8,0	0,5	R\$ 720,00	60
PAF 25		Frutas	17,0	1,0	R\$ 800,00	375
PAF 17		Olerícolas	3,6	1,2	R\$ 500,00	300
PAF 28		Olerícolas	33,8	0,5	R\$ 600,00	130
PAF 8		Olerícolas	64,0	0,5	R\$ 250,00	83
PAF 15		Olerícolas	2,7	0,2	R\$ 1.250,00	1.000
PAF 22		Olerícolas	8,0	1,0	R\$ 1.780,00	500
PAF 25		Olerícolas	17,0	1,0	R\$ 1.000,00	300
PAF 2		Processados	38,7	–	R\$ 5.000,00	890
PAF 4		Processados	4,9	–	R\$ 1.500,00	175
PAF 24	Processados	5,0	–	R\$ 2.000,00	1.000	
PAF 29	Processados	3,0	–	R\$ 2.500,00	não sabe	

Fonte: Autoria Própria (2018).

Quanto ao tamanho das propriedades, a maior delas possuiu 64 hectares e

a menor possui 2,4 hectares, sendo que na propriedade com maior extensão, são produzidas frutas e olerícolas. Das propriedades que não dependem da terra para produzir, ou seja, as que se enquadram na produção de processados, a menor área total é de 2,4 hectares e a maior é de 38,7 hectares. A maioria das propriedades possuiu até 20 hectares, que corresponde a 76,67% do total. Kruger et al (2014); Coelho et al (2018); Simionatto et (2018), descobriram resultados que vão de acordo com a presente pesquisa.

Com base na área total, todas as propriedades pesquisadas se enquadram como pequena propriedade rural. Segundo a Lei nº 11.326 de 2006 é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar aquele que possui área de até quatro módulos fiscais. Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA e varia conforme cada município. Na cidade de Rio Azul, o valor do módulo fiscal corresponde a 16 hectares (BRASIL, 2017).

Referente ao volume aproximado de produção mensal a classe das frutas tem a menor produção com 40 quilos mensais e a maior produção mensal é das olerícolas com 1.733 quilos mensais. A maior produção de processados é de 1.000 quilos de embutidos.

O faturamento aproximado bruto mensal no grupo das olerícolas varia de R\$ 250,00 a R\$ 2.500,00, entre os processados o faturamento máximo chega a R\$ 5.000,00 e o menor é de 600,00, na produção de frutas o faturamento bruto mensal varia de R\$ 400,00 a R\$ 5.000,00. Cabe ressaltar que as propriedades que a produção tem baixo faturamento também são produzidos a soja e fumo, mas estas duas culturas não fazem parte do escopo da pesquisa por isso o seu faturamento não foi considerado. O resultado de 31,17% das propriedades com faturamento entre R\$ 10.000,00 e R\$ 50.000,00 anuais foi apresentado por Dalcin (2010). O autor ainda visualizou que 6,49% das propriedades produzem apenas para o autoconsumo da família.

Pelinski (2006), enfatiza que a produção objetivando o próprio consumo torna o agricultor menos suscetível às crises, alcançando no curto prazo a reprodução e se mantendo no espaço agrícola. Há uma maior dependência externa quando o trabalho é voltado somente para as relações mercantis, expondo o agricultor a crises que possam acontecer no setor. Para Chimello (2010), a intensidade da produção para o autoconsumo está relacionada a diversos fatores como tamanho da família, tamanho da propriedade, as condições técnicas, fontes de

renda, etnias, proximidades com os mercados e preços dos alimentos, meios de comunicação, políticas agrícolas, dentre outros.

Quando perguntados se possuíam algum tipo de equipamento utilizado na produção, os produtores de olerícolas responderam que utilizam trator e ferramentas manuais. Os equipamentos são próprios, apenas dois deles usam o trator da prefeitura. Os produtores de processados são os melhores equipados, os principais equipamentos citados por essa classe foram batedeira, batedor de pão, cilindro, forno, máquina industrial de fazer massa, freezer, processador de alimentos. Esses resultados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Equipamentos utilizados na produção

(continua)

Propriedade Agrícola Familiar	Equipamento	(a) Quantidade	(b) Condição
PAF 1	Moto Cultivador	1	Associado
	Cilindro	1	Próprio
PAF 2	Máquina Massa	1	Próprio
	Freezer	2	Próprio
PAF 3	Trator	1	Próprio
PAF 4	Processador de Alimentos	1	Próprio
	Pulverizador	2	Próprio
PAF 5	Ferramentas manuais	3	Próprio
	Roçadeira	2	Próprio
PAF 6	Máquina para pulverização	1	Próprio
			Associação e Prefeitura
PAF 7	Trator	2	Próprio
	Trator	1	Próprio
	Grade	1	Próprio
PAF 8	Pé de pato	1	Próprio
PAF 9	Máquina industrial, batedeira, batedor de pão, forno	1 (cada)	Próprio
PAF 10	Máquina industrial, batedeira, batedor de pão, forno	1 (cada)	Próprio
PAF 11	Máquina industrial, batedeira, batedor de pão, forno	1 (cada)	Próprio

Tabela 3 – Equipamentos utilizados na produção

			(conclusão)
Propriedade Agrícola Familiar	Equipamento	(a) Quantidade	(b) Condição
PAF 12	Ferramentas manuais	3	Próprio
PAF 13	Máquina industrial, bateadeira, batedor de pão, forno	1 (cada)	Próprio
PAF 14	Máquina industrial, bateadeira, batedor de pão, forno	1 (cada)	Próprio
	Rotativa	1	Próprio
PAF 15	Trator	1	Próprio
PAF 16	Roçadeira	1	Próprio
PAF 17	Ferramentas manuais	2	Próprio
PAF 18	Trator e pulverizador	1 (cada)	Próprio
PAF 19	Trator	1	Próprio
PAF 20	Trator	1	Próprio
PAF 21	Ferramentas manuais	4	Próprio
PAF 22	Trator	2	Próprio
PAF 23	Trator e bomba d'água	1 (cada)	Próprio
PAF 24	Moedor, misturador e serra fita	1 (cada)	Próprio
PAF 25	Trator	1	Próprio
PAF 26	Trator, roçadeira	1 (cada)	Prefeitura, próprio
PAF 27	Não utiliza	– não	–
PAF 28	Ferramentas manuais	informou	próprio
PAF 29	masseira, cilindro, estufa modeladora	1 (cada)	próprio
PAF 30	Não utiliza	–	–

Fonte: Autoria Própria (2018).

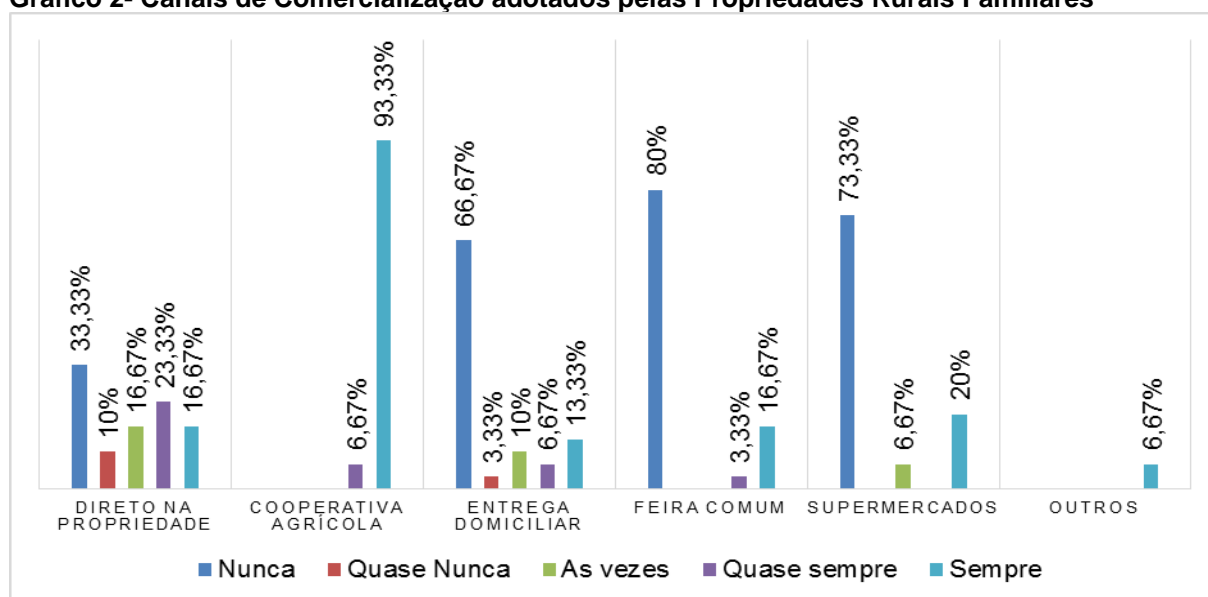
Devido ao tipo de cultura e ao tamanho de área cultivada, os agricultores não têm necessidade de utilização de grande diversidade de equipamentos. Conforme Rodrigues (2016, p. 61) “Como característica da produção familiar a produção variada e em pequenas escalas, a utilização de grandes equipamentos para manejo do solo não se faz presente em grandes volumes”. O levantamento de

equipamentos é relevante para a pesquisa para poder compreender os dados referentes ao controle da depreciação.

4.1.4 Caracterização da Comercialização

Neste item é dado destaque para a forma de comercialização dos produtos, sendo apresentados os resultados no que diz respeito aos canais de comercialização utilizados pelas propriedades expostos no Gráfico 2.

Gráfico 2- Canais de Comercialização adotados pelas Propriedades Rurais Familiares



Fonte: Autoria Própria (2018).

Os dados expressam que o canal de comercialização mais utilizado pelos agricultores é a cooperativa agrícola, que representa a venda através dos programas governamentais, onde 93,33% dos agricultores dizem que sempre comercializam por meio desse canal e 6,7% quase sempre, esta última opção de resposta se justifica, pois, os respondentes relataram que algumas vezes ocorre de a cooperativa entrar em contato solicitando um determinado produto e os mesmos não dispõem.

Um dos benefícios das leis que instituíram os programas governamentais é a ligação da alimentação escolar com a agricultura familiar, propiciando a conexão dos agricultores com um mercado certo, com preços estabelecidos de forma a aumentar a quantidade de produtos locais e frescos proporcionando uma alimentação saudável e segura. (PERON; CATAPAN; NASCIMENTO, 2017).

A venda em supermercados é o segundo canal sempre utilizado, correspondendo a 20% das respostas. As opções direto na propriedade e entrega domiciliar abrangeram todas as frequências de venda, onde a entrega domiciliar é realizada por poucos agricultores correspondendo a 13,33% os que sempre comercializam por esse canal. A venda direto na propriedade é mais recorrente entre os proprietários 16,67% dos agricultores sempre comercializam, 23,33% quase sempre e 16,67% as vezes. Fonseca (2018), expõe que o agricultor costuma diversificar os canais de comercialização e demonstra no seu estudo que os canais mais utilizados são venda dos produtos diretamente na propriedade, no mercado local e nas feiras.

Os agricultores nunca comercializam a produção através de associação de produtores rurais, feira de produtos orgânicos e atravessadores. Quanto a produção orgânica, não existe na cidade nenhum grupo de agricultores que produzem orgânicos, alguns relataram que não utilizam produtos químicos na sua produção, mas acabam vendendo seus produtos pelos valores de produtos convencionais porque não tem certificação exigida pelos programas governamentais. A opção outros designada por 6,7% corresponde à comercialização de frutas para frutaria e para panificadoras da cidade.

Os entrevistados foram questionados quanto aos principais fatores que os influenciam a comercializar os seus produtos, o fator mais indicado foi oferta e demanda correspondendo 60,67% das respostas. A esse respeito Andrade et al (2012) diz que considerar o preço de mercado para a formação dos custos e despesas se faz necessário, posto que no contexto do cenário econômico o preço de venda é ditado pelo mercado.

Outros fatores foram indicados como influenciadores no momento da venda dos produtos como as variações climáticas estabelecido por 16,78% dos agricultores, perecibilidade do produto com 9,28%, preços dos concorrentes 5,67%, sazonalidade do consumo 5,11%, pagamento de dívidas 1,67% e investimentos na propriedade 0,83%. Somente um dos pesquisados indicou que a venda dos produtos é influenciada por motivo de investimentos na propriedade, isso indica que a realização de melhorias na propriedade não é uma prioridade.

Para conseguir administrar o empreendimento rural no ramo da agricultura é preciso superar alguns desafios que são próprios do setor, como o clima, políticas, economia, as variações de preços, as dificuldades de comercialização, a

percebibilidade dos produtos agrícolas, bem como as dificuldades da produção, como local, tempo, clima entre outros (BRASIL, 2010).

4.2 CONTROLE DOS GASTOS (CUSTOS E DESPESAS)

Nesta seção será apresentado de que maneira é efetuado o controle de gastos (custos e despesas) e qual é a composição dos gastos de produção nas propriedades rurais familiares.

4.2.1 Forma de Controle dos Gastos

Ter conhecimento dos seus gastos é um ponto favorável para a gestão das propriedades rurais familiares, bem como para seu desenvolvimento. É preciso que o produtor rural saiba o que são e o que representam os custos contidos em seus produtos, para através deles conseguir elaborar estratégias com base em dados sólidos, escolher as melhores alternativas para a produção e para ter uma visão antecipada no que diz respeito a mudanças nos preços de venda do produto, ou na composição dos custos de produção (METZNER et al, 2013). Na Tabela 4, se observa de acordo com a atividade desenvolvida, se as propriedades investigadas nesse estudo mantêm uma forma de controle e como o controle dos gastos é realizado. Nesta questão os respondentes podiam indicar mais de uma alternativa como resposta.

Tabela 4 - Controle dos Gastos por Atividade (Custos e Despesas)

(continua)

Propriedade Agrícola Familiar	Atividade Predominante	Controle de Gastos adotado	Produto (s)
PAF 1	Olerícolas e Processados	Notas Fiscais	hortaliças, verduras, legumes, tubérculos e pães
PAF 2	Processados	Anotações em caderno	pães e massas
PAF 3	Frutas	Anotações em caderno	uva
PAF 4	Processados	Anotações em caderno Notas Fiscais	conservas
PAF 5	Frutas	Anotações em caderno	amora, framboesa, morango e
PAF 6	Frutas	Não realiza controle	uva

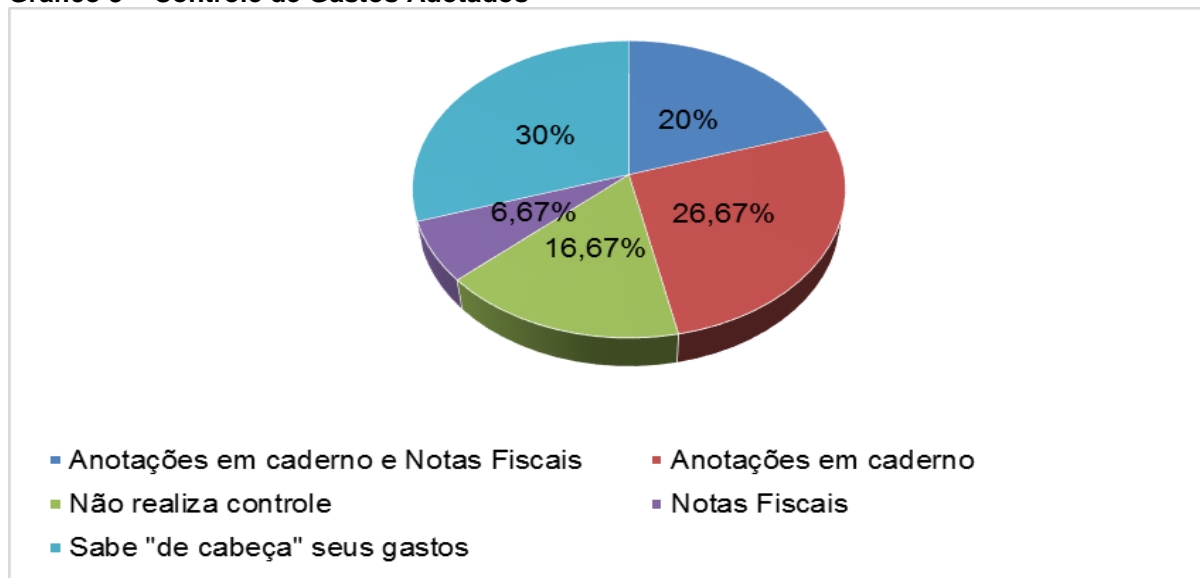
Tabela 4 - Controle dos Gastos por Atividade (Custos e Despesas)

(conclusão)			
Propriedade Agrícola Familiar	Atividade Predominante	Controle de Gastos adotado	Produto (s)
PAF 7	Olerícolas e Frutas	Anotações em caderno	hortaliças, morango, caqui, pêssego e pêssego
PAF 8	Olerícolas e Frutas	Sabe "de cabeça" seus gastos	hortaliças, uva e pêssego
PAF 9	Processados	Anotações em caderno Notas Fiscais	pães, bolachas, bolos e macarrão
PAF 10	Processados	Anotações em caderno Notas Fiscais	pães, bolachas, bolos e macarrão
PAF 11	Processados	Anotações em caderno Notas Fiscais	pães, bolachas, bolos e macarrão
PAF 12	Hortaliças e Processados	Sabe "de cabeça" seus gastos	hortaliças, verduras, legumes e tubérculos, pães, bolachas, bolos e macarrão
PAF 13	Processados	Anotações em caderno Notas Fiscais	pães, bolachas, bolos e macarrão
PAF 14	Processados	Anotações em caderno Notas Fiscais	pães, bolachas, bolos e macarrão
PAF 15	Olerícolas e Frutas	Notas Fiscais	hortaliças, verduras, legumes e tubérculos
PAF 16	Frutas	Não realiza controle Sabe "de cabeça" seus gastos	uva
PAF 17	Olerícolas	Não realiza controle Sabe "de cabeça" seus gastos	hortaliças, verduras, legumes e tubérculos
PAF 18	Frutas	Sabe "de cabeça" seus gastos	uva
PAF 19	Frutas	Sabe "de cabeça" seus gastos	uva
PAF 20	Frutas	Sabe "de cabeça" seus gastos	morango e laranja
PAF 21	Olerícolas	Anotações em caderno	hortaliças, verduras, legumes e tubérculos
PAF 22	Olerícolas e Frutas	Não realiza controle	hortaliças, verduras, legumes e tubérculos e morango
PAF 23	Frutas	Anotações em caderno Sabe "de cabeça" seus gastos	morango e laranja
PAF 24	Processados	Sabe "de cabeça" seus gastos	embutidos
PAF 25	Olerícolas e Frutas	Sabe "de cabeça" seus gastos	hortaliças, verduras, legumes e tubérculos e morango
PAF 26	Frutas	Notas Fiscais	banana, maracujá, melancia e pessego
PAF 27	Processados	Anotações em caderno Sabe "de cabeça" seus gastos	doces e geléias
PAF 28	Olerícolas	Sabe "de cabeça" seus gastos	hortaliças, verduras, legumes e tubérculos
PAF 29	Processados	Não realiza controle	panificados
PAF 30	Processados	Anotações em caderno	doces e geléias

Fonte: Autoria Própria (2018).

O Gráfico 3 foi elaborado para sintetizar as informações contidas na tabela 4 e, proceder a interpretação dos dados relativa ao controle de gastos adotado de uma maneira geral.

Gráfico 3 – Controle de Gastos Adotados



Fonte: Autoria Própria (2018).

Nota-se que não há utilização de planilha eletrônica e tampouco de sistemas de custos, isso se deve ao fato de poucos agricultores possuírem computador, conforme demonstrado no Gráfico 1, tampouco possuem ajuda especializada ou cursos de computação. Deponti (2014), expressa que muitas das tecnologias a disposição não estão adaptadas aos agricultores, o que dificulta o manuseio de softwares rurais, os quais exigem habilidades não aprendidas pelos agricultores.

Na presente pesquisa a resposta mais recorrente para a forma de controlar os custos foi a anotação em caderno com 46,67%, levando em consideração a soma de dois grupos aqueles que controlam somente por anotações correspondendo a 26,67% e o grupo que controla por anotações e notas fiscais com 20%.

Referente ao controle em cadernos realizado por agricultores, Paludo (2015) encontrou resultado parecido, porém quanto a utilização de planilhas o seu achado se difere, visto que há um percentual que fazem controle utilizando planilhas. Os dados encontrados são de que de um total de 74 propriedades, 41,9% realizam controles para a tomada de decisão em cadernos, 12,6% em planilhas eletrônicas, mas também há um grande percentual, correspondendo a 45,5% dos produtores que não fazem qualquer tipo de anotação. Metzner et al (2013) constatou que de um total de 37 agricultores, 67,57% utilizam anotações e registros efetuados em

cadernos ou cadernetas no gerenciamento da propriedade, 8,11% utilizam programas de gestão específicos para a atividade rural, 8,11% utilizam planilhas no computador, e 13,51% não utilizam nenhum tipo de controle.

Kruger et al (2014), em sua pesquisa questionaram se os agricultores possuem anotações simples, para auxiliar na tomada de decisões como cálculos de custos, anotações sobre as despesas, cálculos sobre quanto precisa investir para o plantio, entre outros, e encontraram que 52% de 150 entrevistados possuem alguma anotação e 45% não possuem nenhuma anotação.

A resposta “sabe de cabeça seus custos” teve um percentual de 30%, se enquadram neste grupo aqueles agricultores que relatam que sabem o seu custo, e que não os tem registrado efetivamente, fazem algumas contas no final do ano para poder saber o lucro. Não fazem nenhum tipo de controle dos gastos 16,67% dos entrevistados. Da mesma maneira Dalcin (2010) obteve que 59,79% apenas controlam “na cabeça” seus custos. Para Grainer (2017), por optarem por métodos de controle mais simples, os produtores acabam não sabendo o real custo de produção, o que promove distorção quanto aos resultados obtidos.

É necessário ressaltar que na presente pesquisa nenhum dos entrevistados apresentou um controle consistente, não há registros sistemáticos, procedimentados e organizados. Os que disseram que controlam os custos por meio das notas fiscais, apenas guardam algumas notas, não há lançamentos visto que nenhum deles utiliza planilha ou sistema de custos.

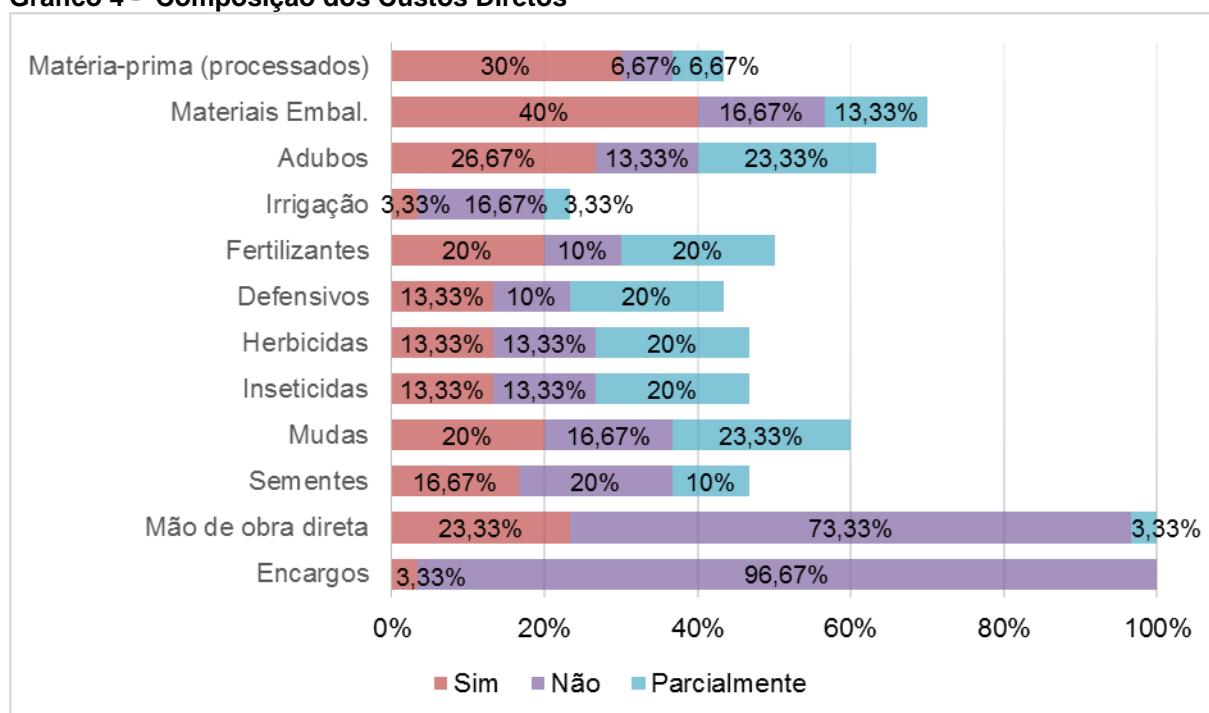
4.2.2 Composição dos Gastos

Compreender e ter conhecimento sobre a composição dos custos é a base para a utilização de práticas da gestão de custos. Na atividade agrícola é bastante diversificada a composição dos custos, ocorrendo alterações de acordo com o tipo de atividade rural, segundo Callado (2007), os custos de produção e custos operacionais das organizações, são basicamente compostos pelos mesmos elementos de custos, porém possuem características específicas ao setor da atividade econômica a qual pertencem. No Gráfico 4, estão dispostas as composições dos principais custos diretos, na sequência o Gráfico 5 apresenta os custos indiretos e o Gráfico 6 representa a composição das despesas.

Nos gráficos aparecem os resultados somente para as opções controla

(sim), não controla (não) e para os que controlam de forma parcial os gastos (parcialmente). No questionário uma quarta opção estava disponível sendo esta, não gera custo na produção, porém a mesma não aparece nos gráficos, apenas na análise dos dados. Esta opção foi criada devido a pesquisa ser realizada com três categorias de produção, assim, quem produz frutas e olerícolas não tem os mesmos custos dos processados e vice e versa.

Gráfico 4 - Composição dos Custos Diretos



Fonte: Autoria Própria (2018).

Referente aos custos diretos percebe-se que os encargos e a mão-de-obra direta são os custos que menos são controlados, 96,67% não controlam encargos e 73,33% não monitoram a mão-de-obra direta. O não controle da mão-de-obra direta pode ser justificada pelo fato das atividades serem desempenhadas pela família, não havendo recebimento de salários mensais, apenas no final da produção há uma espécie de rateio dos lucros.

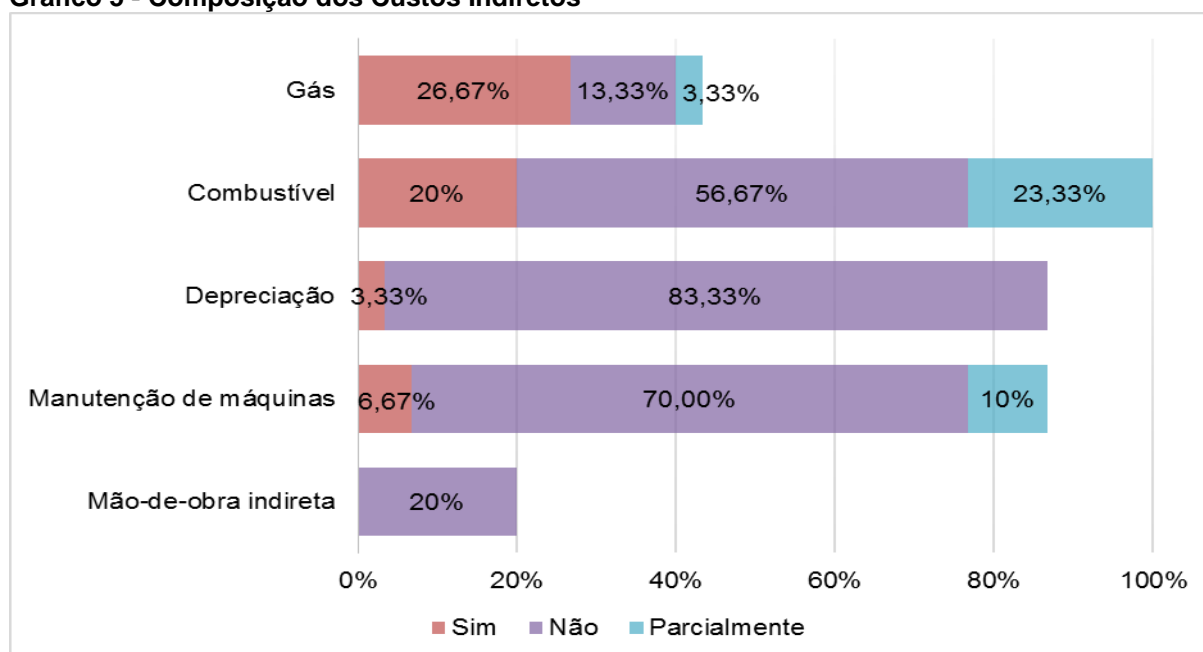
O não controle dos demais custos diretos tiveram pouca variação, variando entre 6,67% (matéria-prima) e 20% (sementes). Colleta et al (2013) encontrou que 29% controlam o custo da mão-de-obra.

Os custos que os agricultores mantem maior controle são os materiais de embalagens, 40% mantem controle efetivo e 13,33% controle parcial, adubos 26,67% tem controle total e 23,33% controlam parcialmente, matéria-prima usada no

grupo dos processados 30% controlam e 6,67% tem controle parcial. Evidencia-se que o não controle da matéria-prima (processados) só não é realizado por 6,67% e os que não produzem processados e, por isso, os que não tem esse custo na sua produção representam 56,66%.

Grande parte das propriedades não contam com sistema de irrigação e as que possuem utilizam-se de água oriunda de fonte natural, por esse motivo 76,67% não tem esse custo. Defensivos, herbicidas e inseticidas não geram custos na produção para o grupo de produtores de processados e alguns produtores de frutas e hortaliças responderam que não tem esses custos porque usam esterco na sua produção.

Gráfico 5 - Composição dos Custos Indiretos



Fonte: Autoria Própria (2018).

O baixo controle dos custos indiretos é evidenciado no Gráfico 5, estes custos são mais difíceis de serem controlados, porque necessitam de um critério de rateio além de conhecimentos mais técnicos. Muitos agricultores acabam não associando os custos indiretos à produção ou tem dificuldade de quantificá-lo.

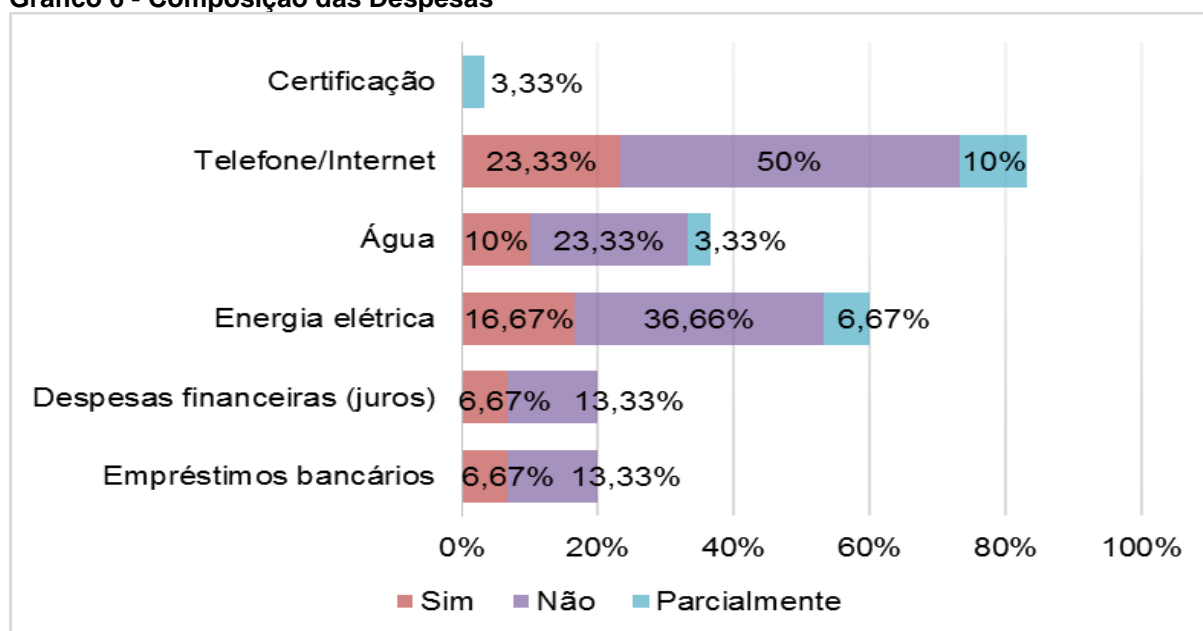
O custo com mão-de-obra indireta não é controlado por nenhuma das propriedades que tem esse custo, representado no gráfico por 20%, os 80% restantes não tem a geração deste custo, já que desenvolvem apenas uma das atividades pesquisadas. Situação semelhante ocorre com a depreciação, somente 3,33% diz ter noção do desgaste dos equipamentos usados na produção, o que não

significa que este efetua o cálculo e o registro da depreciação. O não controle da depreciação dos bens da propriedade foi evidenciado por Metzner et al (2013), encontrando um percentual de 94,59%. A mão-de-obra indireta não é controlada devido ao fato de nenhuma propriedade possuir pessoal indiretamente empregado na produção.

A manutenção de máquinas é outro custo indireto pouco conhecido e controlado pelos pesquisados 70% não o controlam. De todos os custos indiretos o que a maioria dos agricultores afirmam controlar totalmente ou parcialmente é o custo com combustível (43,33%).

No que diz respeito tanto aos custos diretos quanto custos indiretos, Breitenbach, Brandão e Vitali (2016) concluíram que 87,3% dos produtores rurais têm conhecimento aproximado dos custos das atividades desenvolvidas nas propriedades.

Gráfico 6 - Composição das Despesas



Fonte: Autoria Própria (2018).

A despesa com energia elétrica é pouco controlada, embora 40% não tem essa despesa na produção, que normalmente são os agricultores que cultivam frutas, dos 60% restantes 36,66% dizem não controlar e apenas 23,34% controla de alguma forma essa despesa.

A despesa com água também é pouco controlada alguns disseram que não

tem essa despesa porque utilizam água de fonte natural na irrigação (50%), os outros 13,34% dizem não ter essa despesa porque para eles é difícil associar a água como sendo uma despesa de produção, ou até mesmo devido a dificuldade de separar o que é gasto com água para a produção e, gasto para outros fins na propriedade.

Os agricultores que dizem ter gasto com telefone ou internet correspondem a 83,33%, sendo que 50% deles não controla essa despesa. A explicação para pouco controle também pode ser entendida pelo fato da dificuldade em separar o que é realmente gasto com a produção, do que é gasto com outras atividades não relacionadas a produção.

Os agricultores relataram que não tem geração de despesa com assistência técnica, seguros e aluguel de espaço em feiras, pois não contratam serviços de assistência para a gestão dos gastos e nem tem seguro da produção. Os que participam da feira de produtor não pagam para fazer uso do espaço, este é cedido pela prefeitura.

Quanto a empréstimo bancário e as despesas financeiras o percentual elevado de 80% para a resposta não gera custo na produção se justifica porque estes agricultores não contraíram dívidas com empréstimos relacionadas a produção, logo o mesmo percentual não terá despesas financeiras.

Um produtor de processados (embutidos) possui certificação federal e o mesmo a controla, que representa 3,33% das respostas, os demais (96,67%) não possuem certificação.

Os resultados encontrados nesta pesquisa quanto ao controle dos gastos (custos e despesas) vão em encontro com os dados encontrados por Metzner et al (2013) que descobriram em sua pesquisa que 54% dos produtores conhecem seus custos totalmente e 46% conhecem parcialmente os custos e despesas dentro de sua propriedade.

O estudo de Metzner et al (2013), demonstrou que 70,27% dos respondentes tem algum tipo de conhecimento sobre custos, porém 29,73% não tem ideia do que são custos. Paludo (2015) aponta que os proprietários rurais têm maior interesse pelo conhecimento técnico ao conhecimento em relação aos aspectos de gestão das propriedades.

Os agricultores também foram indagados sobre qual seria o maior e o menor custo na produção e a maior e a menor despesa. Como maior custo foram citados

matéria-prima, mudas e sementes. Já o menor custo são despendidos com embalagens e adubos. Quanto a maior e a menor despesa 66,67% não souberam responder, ao serem perguntados alguns justificam não saber, pois consideram que todas as despesas são iguais, não havendo uma despesa que se sobressaia a outra.

Quando perguntados se buscam auxílio para manter uma gestão de custos 63,34% disseram que não procuram ajuda, 3,33% deles procuram cursos, 33,33% procuram a EMATER.

Os cursos são uma alternativa de buscar amparo para a gestão de custos, quando perguntados se já fizeram algum curso, apesar de a grande maioria não buscar ajuda através de curso no momento, 53,33% disseram que já fizeram algum tipo de curso relacionado com custos. Os cursos citados foram: curso de empreendedorismo do SEBRAE, Administração da Propriedade Rural do SENAR, Empreendedor Rural do SENAR, curso oferecido pela EMATER, Mulher Atual do SENAC, curso de auxiliar administrativo e curso técnico em contabilidade. Em relação à participação em cursos relacionados à agricultura Dalcin (2010) visualizou que 29,87% participam deste tipo de evento. No entanto, na pesquisa de Grainer (2017), 42,5% produtores disseram nunca participar de cursos sobre gestão de custos.

Tendo em vista que a grande maioria dos agricultores participantes da pesquisa comercializam sua produção em outros canais além da Cooperativa, é relevante compreender como acontece o estabelecimento do preço de venda para estes canais, já que na Cooperativa o preço é tabelado, a tabela abaixo demonstra essa informação.

Tabela 5 - Estabelecimento do Preço de Venda e medidas para diminuição dos custos
(continua)

Propriedade Agrícola Familiar	Como estabelece o Preço de Venda	Medidas adotadas para diminuição dos custos
PAF 1	Baseado custos de produção	Pesquisa de preços; rotação de cultura; usa insumos mais baratos
PAF 2	Baseado custos de produção	Pesquisa de preços
PAF 3	Baseado custos de produção	Verificação de necessidade de pulverização
PAF 4	Baseado custos de produção	Pesquisa de preços; reciclagem de embalagens

Tabela 5 - Estabelecimento do Preço de Venda e medidas para diminuição dos custos
(continua)

Propriedade Agrícola Familiar	Como estabelece o Preço de Venda	Medidas adotadas para diminuição dos custos
PAF 5	Baseado custos de produção;	Adoção de variedades mais produtivas e menos suscetíveis a doenças
PAF 6	Preços praticados no mercado	Não adota
PAF 7	Preços praticados no mercado	Pesquisa de preços
PAF 8	Preços da tabela PNAE	pesquisa de preço; adubação verde; uso de esterco
PAF 9	Preços da tabela PNAE	Pesquisa de preços
PAF 10	Preços da tabela PNAE	Pesquisa de preços
PAF 11	Preços da tabela PNAE	Pesquisa de preços
PAF 12	Baseados custos de produção	Não adota.
PAF 13	Preços da tabela PNAE	Pesquisa de preços
PAF 14	Preços da tabela PNAE	Pesquisa de preços
PAF 15	Preços da tabela PNAE	Pesquisa de preços
PAF 16	Preços da tabela PNAE	Não adota
PAF 17	Preços praticados no mercado	Evitam usar defensivos e adubos químicos.
PAF 18	Preços da tabela PNAE	Não adota
PAF 19	Preços da tabela PNAE	Não adota
PAF 20	Preços praticados no mercado	Pesquisa de preços
PAF 21	Preços praticados no mercado	Utilização de esterco
PAF 22	Preços praticados no mercado	Pesquisa de preços
PAF 23	Preços praticados no mercado	Modernizou a estufa
PAF 24	Preços praticados no mercado	Pesquisa de preços; economia na mão-de-obra
PAF 25	Preços praticados no mercado	Preparação do terreno da melhor maneira; uso de inseticida em menor quantidade

Tabela 5 - Estabelecimento do Preço de Venda e medidas para diminuição dos custos (conclusão)

Propriedade Agrícola Familiar	Como estabelece o Preço de Venda	Medidas adotadas para diminuição dos custos
PAF 26	Preços praticados no mercado	Não adota.
PAF 27	Preços da tabela PNAE	Produz a matéria-prima utilizada
PAF 28	Preços da tabela PNAE	Não adota
PAF 29	Preços da tabela PNAE	Não adota
PAF 30	Preços da tabela PNAE	Produz a matéria-prima utilizada

Fonte: Autoria Própria (2018).

Mencionaram que praticam o mesmo preço da tabela estipulada pelos programas governamentais como referência para formular o preço em outros canais de comercialização 46,67% do total de entrevistados, 33,33% se baseiam nos preços praticados no mercado e apenas 20% dizem que se baseiam nos custos de produção. Da mesma forma, Coelho (2018), verificou que 21,43% utilizam os gastos de produção como critério para o estabelecimento do seu preço de venda.

Evidencia-se que a minoria dos agricultores considera os custos no momento de formar o seu preço de venda, sobre essa questão Favato e Nogueira (2017) alertam que é importante manter um controle de custos atualizado para que se possa ter uma média, para fins de formulação do preço de venda.

Também se investigou sobre as medidas adotadas com o intuito de diminuir os custos, os resultados mais expressivos obtidos foram de que a pesquisa de preços, principalmente no que se refere a matéria-prima é adotada por 46,67%, enquanto que 26,67% não adotam nenhum tipo de medida para diminuir os seus custos na produção. Favato e Nogueira (2017) também investigaram quais medidas são adotadas para reduzir os gastos de produção, 30% dos pesquisados disseram que adotam medidas, se destacando a iniciativa de contenção nos gastos com água. Nessa perspectiva, o conhecimento por parte do produtor rural da composição dos custos de produção, gera informações gerenciais que possibilitam a adoção de medidas de redução e controle, favorecendo o aumento nos lucros (SOUZA, 2016).

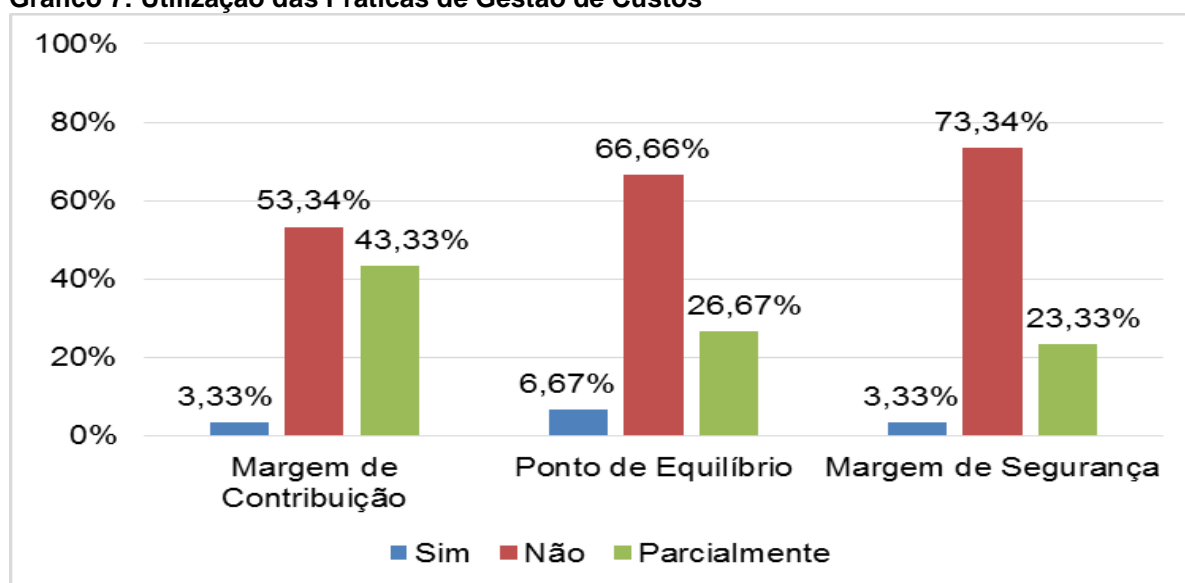
4.3 PRÁTICAS DA GESTÃO DE CUSTOS PARA A TOMADA DE DECISÃO QUANTO AO CUSTO-VOLUME-LUCRO

No presente estudo foi investigado qual o nível de utilização das práticas da gestão de custos que permitem a tomada de decisão quanto ao custo-volume lucro, sendo elas: margem de contribuição, ponto de equilíbrio e margem de segurança. A utilização ou não das práticas nas propriedades rurais familiares foram identificadas de acordo com o nível de conhecimento prático de cada agricultor. A opção “sim” representa aqueles que tem conhecimento e em algum momento efetuam os cálculos das práticas; a opção “não” representa aqueles que não tem conhecimento das práticas e, portanto, não as utilizam, por fim a opção “parcialmente” são aqueles produtores que tem noção (total ou parcial) do cálculo das práticas apresentadas e efetuam o cálculo esporadicamente.

4.3.1 Utilização das Práticas da Gestão Custos nas Propriedades Rurais Familiares

A utilização das práticas da gestão de custos nas propriedades rurais familiares é evidenciada no Gráfico 7, e foi identificada com base em indagações que remetem as equações apresentadas pela literatura.

Gráfico 7: Utilização das Práticas de Gestão de Custos



Fonte: Autoria Própria (2018).

Através dos resultados apresentados no gráfico percebe-se que a maioria dos agricultores não utiliza as práticas da gestão de custos que permitem a tomada de decisão de custo-volume-lucro. Franco et al (2015, p. 169), diz que “a literatura de custo-volume-lucro ainda é pouco explorada em termos de contribuição empírica no que tange à produção agrícola”.

A margem de segurança é a menos utilizada, 73,34% dos agricultores não a utilizam, seguida do ponto de equilíbrio, onde 66,66% dos agricultores desconhecem a forma de como calcular e 53,34% não sabem como calcular a margem de contribuição. A margem de contribuição é a ferramenta que os produtores têm melhor entendimento de cálculo, 3,33% tem uma noção exata do cálculo enquanto 43,33% faz o seu cálculo de maneira parcial. O conhecimento seja total ou parcial do ponto de equilíbrio é de 33,34%.

Söthe et al (2014), descobriram que praticamente todos os agricultores da sua pesquisa desconheciam a margem de contribuição e o ponto de equilíbrio. Calgaro e Faccin (2012) descobriram que 23% dos agricultores utilizam o cálculo do ponto de equilíbrio. Moreira, Melo e Carvalho (2016, p. 310) contribuem dizendo que “o estudo do ponto de equilíbrio permite ao gestor maneiras de como trabalhar para gerar lucro a sua empresa”.

Ainda quanto a margem de segurança, 23,33% dos agricultores familiares tem noção parcial de como calcular e 3,33% utilizam o cálculo. A falta de conhecimento da margem de segurança influencia negativamente na tomada de decisão quanto ao lucro. Franco et al (2015) explica que quanto maior o valor da margem de segurança, maior é a aptidão de gerar lucro, diminuindo as chances de ter prejuízo. Na pesquisa de Rodniski et al (2014) os agricultores não conheciam, portanto não calculavam a margem de segurança.

Um dos motivos que contribuem para que o agricultor familiar não dê a devida atenção a gestão da propriedade, é que o agricultor se preocupa com os aspectos relacionados com a produção, como por exemplo quais os métodos de produção empregar. Na pesquisa de Dalcin (2010) se observa que em 79,22% dos pequenos empreendimentos rurais quando há mudanças e inovações estas acontecem na produção, ou seja, nas atividades operacionais.

Os processos de tomada de decisão na agricultura familiar não são apenas de natureza econômica, ao contrário são complexos e englobam várias dimensões. A tomada de decisão gerencial é envolvida por questões pragmáticas, no entanto

também é influenciada pela cultura e valores que o gestor carrega (MONTALVÁN et al, 2017).

Os agricultores que utilizam parcialmente as práticas somam todos os custos para efetuar o cálculo, não fazem a separação dos custos fixos e variáveis, assim como também não sabem diferenciar custos de despesas, conforme determina a literatura. A esse respeito, Dalazoana (2014) diz que é comum o desconhecimento e a diferenciação entre os conceitos de custos e despesas, bem como há certa complexidade para a separação de custos fixos e variáveis, diretos e indiretos.

Ademais, o fato do pequeno produtor rural não manter um registro efetivo configura uma preocupação, pois apesar de uma parcela ter conhecimento e de alguma maneira controlar os custos e fazer um cálculo que remete as práticas de gestão de custos, os mesmos não possuem um histórico dos seus custos bem como dos cálculos que dizem realizar.

Referente a forma de obtenção do conhecimento das práticas entre os agricultores que efetuam o cálculo ou efetuam parcialmente 85,71% dizem que aprenderam em cursos. Quanto a periodicidade na utilização 50% é mensal e 50% é anual. Com relação ao tempo de uso das práticas 85,71% utilizam a menos de 10 anos, sendo a média de utilização de 5,25 anos. Aqueles que utilizam a mais de 10 anos representam 14,29%, com média de utilização de 18 anos. Todos os motivos mencionados para começar a utilizar as práticas estão relacionados com o lucro ou prejuízo da propriedade, deixando evidente a preocupação dos agricultores quanto a lucratividade da propriedade.

Para aqueles agricultores que não demonstraram conhecimento e emprego das práticas, o principal motivo apontado por 75% é a falta de tempo para cuidar da gestão da propriedade, alegando que as atividades com a produção consomem muito tempo, 12,5% porque não acham necessária a utilização, 12,5% não utiliza por não ter conhecimento. Os entrevistados de Calgaro e Faccin (2012), disseram que não aplicam ferramentas de gestão devido a dificuldades como a falta de tempo para alimentar dados de controle, e por considerarem que o controle dá trabalho e não reflete no lucro. Mais uma vez, os dados cooperam para afirmar que o agricultor não dispensa a mesma importância ao trabalho relacionado com a produção com o trabalho da gestão de custos.

A resistência na realização de mudanças fundamentais e estratégicas por parte dos agricultores, se deve porque mudar as práticas existentes apresenta

riscos, sejam eles na questão técnica, comercial, além de demandar análise do agricultor quanto a seu papel e identidade (MORGAN et al, 2010).

Observando os obstáculos predominantes na agricultura familiar, alguns autores (CALGARO; FACCIN, 2012; PALUDO, 2015; SIMIONATTO, 2018; DEPONTI, 2014; SOUZA, 2016) afirmam a necessidade do desenvolvimento de ferramentas que possam auxiliar na gestão da propriedade rural.

A atividade rural necessita da idealização de ferramentas apropriadas as atividades desenvolvidas, de fácil compreensão e manipulação por parte do agricultor, despertando dessa forma o interesse em utilizar tais ferramentas. (CALGARO; FACCIN, 2012).

A redução de custos de produção é necessária e para tanto é imprescindível buscar novas tecnologias, o aumento da produtividade e especialmente melhorar os controles da gestão, controlando e fazendo cálculos dos custos, pois estes impactam diretamente na lucratividade (PALUDO, 2015; SIMIONATTO, 2018)

Visando maior competitividade dos estabelecimentos rurais surge a necessidade de maneiras de gerenciamento que contemplem o mínimo de padrões normalizados para o registro de informações que servirão de apoio na tomada de decisão. Os softwares e modelos prontos de processos gerenciais não atendem a diversidade das propriedades rurais no que concerne ao grau de escolaridade dos agricultores, ao tamanho das propriedades, aos diferentes tipos de culturas, dentre outros (DEPONTI, 2014).

Souza (2016), ilustra que cada vez mais exige-se uma postura, com desenvolvimento de novas aptidões dos produtores rurais diante das mudanças que vem ocorrendo no mercado. Por isso, é de extrema importância conhecer todas as características que fazem parte da realidade dos agricultores, principalmente seus conhecimentos, para que o cenário possa absorver e implantar todos os tipos de mudanças.

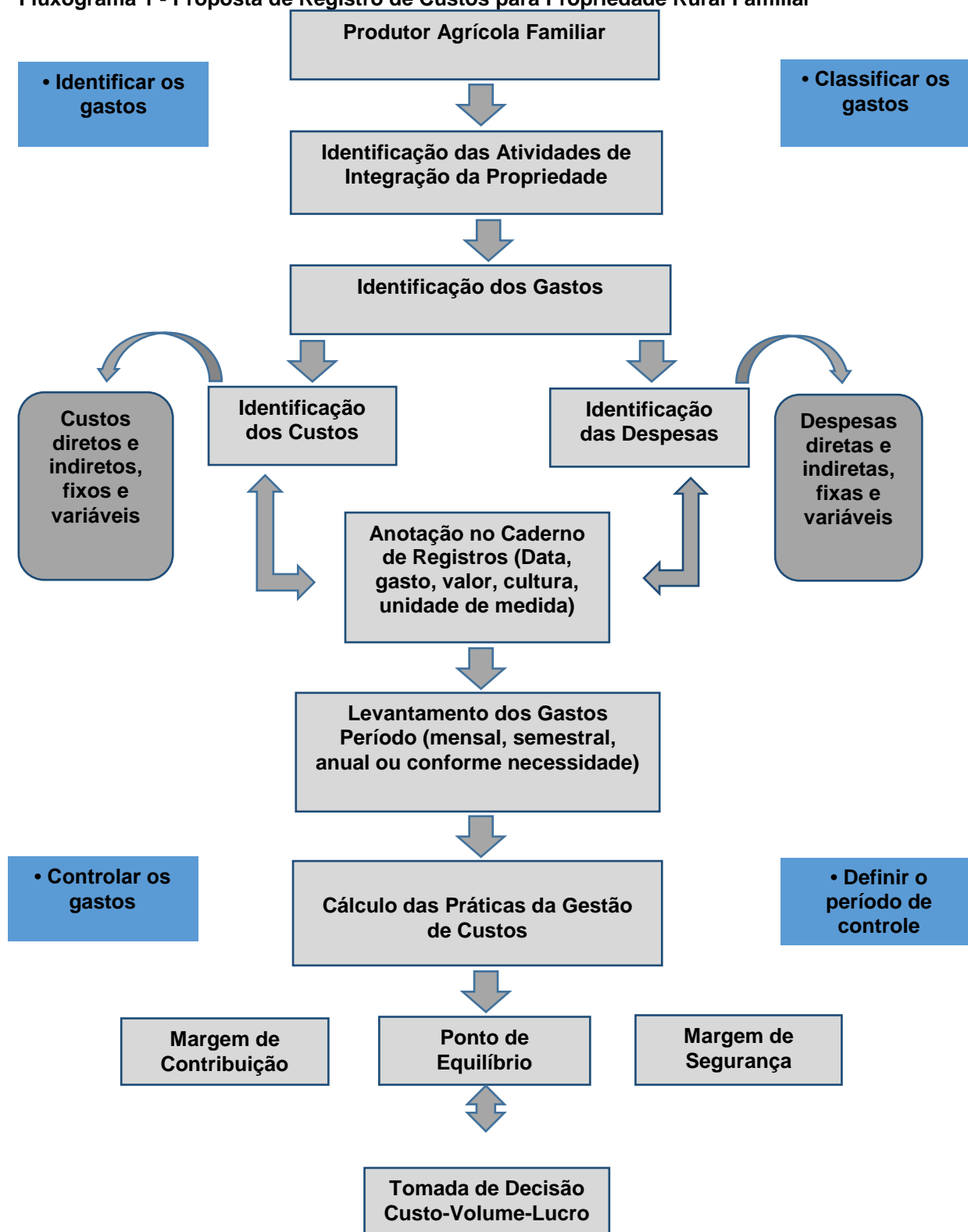
Com base nas dificuldades e necessidades levantadas, alguns pontos são cruciais quando se trata da implementação das práticas da gestão de custos em propriedades rurais familiares, podendo-se apontar cinco principais:

- Identificar as atividades de integração da propriedade: os gastos de todas as atividades advindas da diversificação da produção da propriedade e os gastos resultantes da integração dessas atividades necessitam ser levantados e controlados.

- Identificar os gastos (custos e despesas): nessa etapa é necessário o levantamento de todos os custos e despesas, conforme a atividade desempenhada pelo agricultor;
- Classificar os gastos (custos e despesas): os custos e despesas devem ser separados em diretos e indiretos, fixos e variáveis.
- Efetuar o controle dos gastos (custos e despesas): os gastos podem ser controlados através de anotações em cadernos ou em planilhas eletrônicas, com predefinição de um cabeçalho, que contenha as informações relevantes que deverão ser registradas.
- Definir o período de Controle: o período para controle pode variar de acordo com a atividade desenvolvida, podendo ser mensal, semestral, anual ou de acordo com a necessidade de controle dos seus gastos e receitas.

Tendo em vista os quatro principais pontos que amparam o controle de custos e a implantação das práticas da gestão de custos, propõe-se um registro de custos para as propriedades rurais familiares que permitirá o controle dos custos e o uso das práticas. As fases da elaboração do registro sugerido podem ser observadas no fluxograma abaixo:

Fluxograma 1 - Proposta de Registro de Custos para Propriedade Rural Familiar



Fonte: Autoria Própria (2018).

Para a implementação de um registro de custos, é relevante saber se os agricultores familiares identificam e atribuem importância aos benefícios que podem

ser obtidos na tomada de decisão através do uso das práticas de gestão de custos, este grau de importância é apresentado no item a seguir.

4.3.2 Percepção dos Benefícios das Práticas da Gestão de Custos

Foram apresentados aos agricultores alguns benefícios advindos da utilização das práticas da gestão de custos, trazidos pela literatura, no que diz respeito a tomada de decisão quanto ao custo-volume-lucro. O percentual geral de importância atribuída pelos agricultores para cada benefício da gestão de custos na tomada de decisão é apresentado na Tabela 6. Todas as questões foram realizadas utilizando como base a escala *likert* de 5 pontos, sendo que as respostas tinham as seguintes referências: 1 – sem importância; 2 – pouco importante; 3 – talvez seja importante/talvez não; 4 – importante e 5 muito importante. Para proceder a análise da melhor forma, as repostas 2 e 3 foram classificadas como de baixa importância, bem como as repostas 4 e 5 foram avaliadas como de alta importância.

Tabela 6 - Benefícios das Práticas da Gestão de Custos na Tomada de Decisão

(continua)

Benefícios	Sem Importância (1)		Baixa Importância (2 e 3)		Alta Importância (4 e 5)		Média	Mediana	Desvio Padrão	Escala <i>Likert</i>
Formulação do preço de venda de forma a obter o lucro desejado.	1	3,33%	5	16,67%	24	80,00%	4,2	4,5	0,9	1 - 5
Saber quais métodos de produção empregar.	0	0,00%	2	6,67%	28	93,33%	4,2	4,5	0,7	1 - 5
Quanto devo comprar de insumos, sementes, inseticidas, adubos, matéria-prima, dentre outros.	2	6,67%	1	3,33%	27	90,00%	4,1	4,0	1,0	1 - 5

Tabela 6 - Benefícios das Práticas da Gestão de Custos na Tomada de Decisão

(continua)

Benefícios	Sem Importância (1)		Baixa Importância (2 e 3)		Alta Importância (4 e 5)		Média	Mediana	Desvio Padrão	Escala <i>Likert</i>
Identificar qual vai ser o lucro caso a empresa apresente um determinado percentual de acréscimo no volume de vendas.	0	0,00%	5	16,67%	25	83,33%	4,0	4,0	0,7	1 - 5
Identificar a que volume de operações as receitas e os custos se igualam.	0	0,00%	2	6,67%	28	93,33%	4,1	4,0	0,7	1 - 5
Saber quais produtos necessitam ser produzidos em maior quantidade.	4	13,33%	7	23,33%	19	63,33%	3,5	2,5	1,2	1 - 5
Identificar qual o volume necessário de produção para a propriedade apresentar um determinado lucro.	0	0,00%	2	6,67%	28	93,33%	4,2	4,0	0,5	1 - 5
Quais canais de comercialização o possibilitam maior lucro.	0	0,00%	2	6,67%	28	93,33%	4,0	4,0	0,5	1 - 5
Decidir sobre estratégias de preços de venda.	0	0,00%	2	6,67%	28	93,33%	4,2	4,0	0,5	1 - 5
Decidir sobre se devo aceitar um determinado pedido de produção.	0	0,00%	5	16,67%	25	83,33%	3,9	4,0	0,7	1 - 5
Saber o lucro por medida (unidades, sacas, kg) que cada produto propõe.	1	3,33%	8	26,67%	21	70,00%	3,8	4,5	1,1	1 - 5

Tabela 6 - Benefícios das Práticas da Gestão de Custos na Tomada de Decisão

(conclusão)

Benefícios	Sem Importância (1)		Baixa Importância (2 e 3)		Alta Importância (4 e 5)		Média	Mediana	Desvio Padrão	Escala Likert
Saber quanto pode deixar de produzir e mesmo assim continuar obtendo lucro.	0	0,00%	4	13,33%	26	86,67%	3,9	4,0	0,4	1 - 5
Saber quanto pode deixar de produzir e mesmo assim não ter prejuízo.	0	0,00%	3	10,00%	27	90,00%	3,9	4,0	0,4	1 - 5

Fonte: Autoria Própria (2018).

Os agricultores atribuem alto grau de importância para saber quais métodos de produção empregar, identificar a que volume de operações as receitas e os custos se igualam, identificar qual o volume necessário de produção para a empresa apresentar um determinado lucro, saber quais canais de comercialização possibilitam maior lucro, decidir sobre estratégias de preços de venda, são os benefícios que os agricultores atribuem maior importância dentre os benefícios apresentados.

A identificação a que volume de operações as receitas e os custos se igualam e a identificação de qual o volume necessário de produção para a empresa apresentar um determinado lucro estão relacionadas com o ponto de equilíbrio. Dumer et al (2017) explica que o conhecimento do ponto de equilíbrio propicia ao gestor uma maior convicção referente ao resultado alcançado, ou dedicação de esforços adicionais para consegui-lo antes do encerramento de um período pré-determinado. O autor demonstrou que os produtores que participaram da sua pesquisa atribuem importância significativa para o conhecimento do ponto de equilíbrio, sendo que 90% considera crucial o seu cálculo.

Quanto aos canais de comercialização Lourenzani (2005), exalta a importância da comercialização, para ele o sucesso do empreendimento rural familiar depende da entrada a todos os tipos de mercados disponíveis, destacando que o gerenciamento da propriedade rural somente se realiza com a ocorrência da comercialização do produto. As estratégias de venda também tiveram alta importância atribuída pelos agricultores participantes da presente pesquisa, a esse

respeito, Dalcin (2010) encontrou que a maioria dos agricultores consideram o melhor preço no momento de comercialização do produto.

Os principais benefícios para a tomada de decisão considerados como de baixa importância foram saber o lucro por medida (unidades, sacas, kg) que cada produto propõe (26,67%) e saber quais produtos necessitam ser produzidos em maior quantidade (23,33%). Para saber o lucro por medida é preciso o conhecimento do custo por medida, pois esta informação é necessária para o cálculo do ponto de equilíbrio. Kruger et al (2014) identificou resultado oposto ao apresentado na presente pesquisa, onde 61% dos entrevistados disseram conhecer o custo de cada unidade produzida em suas propriedades rurais e 39% alegam não ter conhecimento. Dumer et al (2017) demonstrou que mais da metade dos agricultores, atribuem grande importância de conhecer o custo unitário por unidades.

No que diz respeito a saber quais produtos devem ser produzidos em maior ou menor quantidade, não ter essa informação pode influenciar na percepção de novas oportunidades de diversificação da propriedade. Para Suess-Reyes e Fuetsch (2016) pequenas propriedades rurais em geral tendem a buscar a diversificação visando reduzir os riscos oriundos da flutuação de preços ou dos desastres ecológicos.

Saber quais produtos necessitam ser produzidos em maior quantidade foi considerado como não tendo importância por 13,33%, seguido de quanto comprar de insumos, sementes, inseticidas, adubos, matéria-prima, dentre outros, classificado por 6,67% como sem importância. Os agricultores que não atribuíram importância para esses benefícios justificaram dizendo que já sabem quanto produzir, que dificilmente precisam produzir mais ou menos, produzem sempre a mesma quantidade. Por saberem quanto produzir dizem conhecer o total de insumos e matéria-prima que necessitam comprar.

Nenhum dos benefícios foi considerado totalmente sem importância pelos agricultores, assim como nenhum deles foi considerado como de alta importância por todos, demonstrando que de uma forma geral os agricultores têm consciência que as práticas trazem benefícios e que esses benefícios impactam de modo positivo para a tomada de decisão.

Investigar sobre a percepção que os agricultores atribuem aos benefícios voltados para a tomada de decisão quanto ao custo-volume-lucro, demonstram que mesmo a maioria não se beneficiando do uso das práticas da gestão de custos, os

agricultores reconhecem a sua relevância e as melhorias que podem obter com a implantação das práticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura apresentada no presente trabalho atesta que são poucos estudos que buscam compreender a relação dos agricultores familiares com a utilização de práticas da gestão de custos que permitam a tomada de decisão quanto ao custo-volume-lucro. A maioria dos trabalhos encontrados fazem uma análise geral econômico-financeira, alguns abordam as práticas, mas de maneira superficial.

Neste sentido, esse trabalho buscou compreender a utilização de práticas da gestão de custos por parte de um grupo de agricultores familiares pertencentes a uma cooperativa, sendo as práticas apresentadas a margem de contribuição, ponto de equilíbrio e margem de segurança. Em cumprimento ao primeiro objetivo, foram apresentadas informações que caracterizam os agricultores familiares e demonstram o perfil das propriedades na qual os agricultores desenvolvem suas atividades.

No que diz respeito a caracterização os principais pontos encontrados apontam que tanto os agricultores rurais familiares responsáveis pela propriedade quanto os responsáveis pela produção apresentam baixa escolaridade. A maioria além de ser proprietário é também o responsável pela gestão da propriedade. A média de idade entre todos os componentes que trabalham nas propriedades é de 40,8 anos. O tempo de trabalho com a agricultura familiar nas atividades de olerícolas, frutas e processados apresenta uma média de 13,83 anos, bem como o tempo de dedicação à agricultura da maioria dos componentes das famílias é integral. Os dados levantados apontam ainda que o número de propriedades com computador e acesso à internet é baixo, 46,67% não possuem computador e tampouco internet e 20% possui somente acesso à internet pelo celular. Quando os produtores têm acesso à internet normalmente fazem uso através do celular.

Para cumprir com o segundo objetivo específico, foi apontado a composição dos custos diretos, indiretos e das despesas. A princípio, foi verificado que os agricultores que controlam os seus custos o fazem através de anotações em cadernos. Os custos indiretos compõem uma parcela menor do total dos custos, no entanto, são os custos que tem o menor controle, citando-se a depreciação como o custo que os agricultores apresentam maior dificuldade em controlar.

Outro fato encontrado na pesquisa é que os pequenos produtores rurais não mantêm um registro efetivo e sistemático, isto configura uma preocupação, pois apesar de alguns deles terem conhecimento e de alguma maneira controlarem os

custos e fazerem até mesmo um cálculo que remete as práticas de gestão de custos, os mesmos não possuem um historio dos seus custos bem como dos cálculos que dizem realizar.

Com relação ao cumprimento do terceiro objetivo, pode-se perceber que o percentual de utilização das práticas da gestão de custos é baixo. A prática mais utilizada é a margem de contribuição com 3,33% que utiliza integralmente e, 43,33% parcialmente. Quando as práticas em questão são o ponto de equilíbrio e a margem de segurança o grau de dificuldade para a realização do seu cálculo é visivelmente maior, sendo a não utilização dessas práticas de 66,66% e 73,34% respectivamente. Especificamente quanto a margem de segurança a dificuldade ocorre pelo fato do agricultor não relacionar suas receitas com o seu ponto de equilíbrio, se não existir o conhecimento do ponto de equilíbrio não há como efetuar o cálculo da margem de segurança.

Pode-se associar a dificuldade em utilizar as práticas devido ao fato do agricultor familiar não fazer distinção entre os custos fixos e custos variáveis, conforme exigido pela literatura, o que uma parcela dos agricultores sabem são seus custos totais. Para o correto cálculo das práticas é necessário a separação dos custos fixos e variáveis, em função disso, é preciso que o produtor rural tenha uma assistência para o levantamento e classificação prévia desses custos, e a cartilha sugerida neste trabalho poderá suprir essa necessidade. Situação contrária foi observada nas propriedades pesquisadas, nenhuma delas possui qualquer tipo de assistência ao que diz respeito a gestão de custos.

Outra dificuldade que interfere no uso das práticas é a dificuldade que o agricultor familiar tem em reconhecer as despesas, fazer a separação da parcela das despesas que pertencem a produção das culturas das que não pertencem torna-se uma tarefa complexa. Não considerar as despesas distorce os resultados quanto aos gastos da propriedade gerando decisões equivocadas.

O ramo de atividade que mais utiliza as práticas é o de processados, isso se explica devido ao fato de uma parcela desse grupo fazer uso da mesma cozinha para a produção, sendo convencionado entre eles o controle dos custos do grupo a cargo de uma única pessoa.

Algumas variáveis possuem influência direta na utilização das práticas da gestão de custos apresentadas. Uma das principais variáveis que dificulta a utilização de práticas da gestão de custos por parte dos produtores rurais familiares

é a baixa escolaridade. Agricultores com maior grau de estudo tem mais oportunidades de conhecer artefatos que possam contribuir para o gerenciamento da propriedade rural.

Assim como a baixa escolaridade, a capacitação também impede o conhecimento sobre as práticas interferindo no seu uso. Cabe destacar que os agricultores que responderam utilizar alguma prática da gestão de custos são aqueles que realizaram algum tipo de curso.

A tecnologia ainda encontra algumas barreiras para chegar ao campo, em muitos lugares o sinal de internet não chega, ou quando chega é de baixa qualidade. A grande maioria dos agricultores que utilizam as práticas, sendo a maior parte da utilização de forma parcial, não possuem computador e acesso à internet, e a maioria dos que não utilizam possuem computador ou acesso à internet. Nessa perspectiva, o fato de possuir computador e acesso à internet não interfere na utilização das práticas, o que interfere é a conscientização de que a internet pode ser uma aliada na gestão de custos e por isso a manipulação do computador para esse fim deve ser aprendida pelos agricultores responsáveis pela gestão.

Outra variável que não tem relação entre com a utilização das práticas é a área de cultivo, ou seja, a área plantada dos que fazem uso das práticas e dos que não fazem uso se assemelham. Esse fato pode ser explicado por se tratar de agricultura familiar, resultado diferente poderia ser obtido com o estudo de propriedades maiores.

Com relação ao quarto e último objetivo, verifica-se que os agricultores têm a percepção de que a utilização das práticas da gestão de custos gera benefícios na tomada de decisão quanto ao custo-volume-lucro. Os benefícios com maior grau de importância foram tomar decisões sobre estratégias de preços de venda, saber quais canais de comercialização possibilitam mais lucro, identificar qual o volume necessário de produção para a propriedade apresentar um determinado lucro e saber quanto pode deixar de produzir e mesmo assim não ter prejuízo.

Conclui-se que este estudo cumpriu com seu objetivo principal que foi mapear a utilização de práticas da gestão de custos em propriedades rurais familiares para auxílio à tomada de decisão quanto ao custo-volume-lucro. A partir deste estudo se pode concluir que a elaboração de uma ferramenta simples que sirva de auxílio aos agricultores familiares, de modo que venha a facilitar o uso das práticas da gestão de custos quanto ao custo-volume-lucro, levando em

consideração o perfil dos agricultores familiares, é de fundamental importância para o auxílio na tomada de decisão e conseqüentemente ao desenvolvimento rural.

5.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTURO

Alguns assuntos poderão complementar a presente pesquisa, para tanto seguem algumas sugestões para trabalhos futuros:

- Estudos com o objetivo de analisar como agricultores familiares que praticam outro ramo de atividade controlam os custos e como se comportam com relação a utilização das práticas da gestão de custos.

- Com base nos resultados apresentados no presente estudo e na literatura, elaborar cartilha que sirva de orientação para o agricultor rural familiar manter um controle de custos e utilizar as práticas da gestão de custos: margem de contribuição, ponto de equilíbrio e margem de segurança.

- Realizar a implementação da cartilha e do caderno de anotações dos gastos (custos e despesas aos agricultores familiares).

- Identificar os fatores internos e externos à propriedade rural familiar, como estes influenciam na gestão de custos e no desenvolvimento financeiro das propriedades.

- Levar em consideração a integração das atividades da propriedade rural familiar para um controle de custos próximo da realidade.

REFERÊNCIAS

ABEPRO (Associação Brasileira de Engenharia de Produção). **Áreas e Sub-áreas de Engenharia de Produção**. Disponível em:

<<https://www.abepro.org.br/interna.asp?p=399&m=424&ss=1&c=362>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

AMCESPAR (Associação dos Municípios da Região Centro Sul do Estado do Paraná). **Histórico**. Disponível em: < <http://www.amcespar.com.br/pag.asp?id=69>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ANDRADE, M. G. F de; et. al. Controle de custos na agricultura: um estudo sobre a rentabilidade na cultura da soja. **Custos e Agronegócio on line**, v. 8, n. 3, jul/set. 2012.

BORNIA, A. C. **Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas**. 3. ed. São Paulo: Atlas 2010.

BRASIL. Casa Civil. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **O que é a agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

_____. Companhia Nacional de Abastecimento. **Custos de produção agrícola: a metodologia da Conab**. Brasília: Conab, 2010. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/custos.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Sobre o PNAE O que é?** Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>> Acesso em: 21 jun. 2017.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Tabela com módulo fiscal dos municípios**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>> Acesso em 21 jun 2017.

_____. **Lei nº11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acesso em: 20 jun. 2017.

BREITENBACH, R.; BRANDÃO, J. B.; VITALI, D. J. Gestão de Custos em Unidades de Produção Familiares especializadas no cultivo de soja no norte do Rio Grande do Sul, Brasil. **Espacios**, vol 37, n. 23, p. 22. 2016.

BRUNI, A. L. **A administração de custos, preço e lucro.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CALGARO, N. C.; FACCIN, K. Controle financeiro em propriedades rurais: estudos de caso do 3º Distrito de Flores da Cunha. **Global Manager Acadêmica**, v. 1, n. 1, p.1-20. 2012.

CALLADO, A. L. C; ALBUQUERQUE, J. de L. ; SILVA, A. M. N. da. Análise da relação custo/volume/lucro na agricultura familiar: o caso do consórcio mamona/feijão. **Custos e Agronegócios on line**, v. 3, n. 1, jan/jun. 2007.

CARDOSO, R. L.; MÁRIO, P. de C.; AQUINO, A. C. B. **Contabilidade Gerencial: Mensuração, monitoramento e incentivos.** São Paulo: Atlas, 2007.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

CHIMELLO. R. Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Unoesc & Ciência** – ACET, Joaçaba, v. 1, n. 2, p. 163-174, jul./dez. 2010.

CLEMENTE, A; et al. Perfil das propriedades rurais familiares e controle de custos na Região Centro-Sul do Paraná. **Custos e Agronegócio on line**, v. 6, n. 3, set/dez. 2010.

CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Comitê de Ética em Pesquisa.** Disponível em:<<http://portal.utfpr.edu.br/comissoes/permanentes/comite-de-etica-1>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

COELHO J. dos S.; et al. Controle de custos e receitas: um estudo com os agricultores familiares feirantes de Nova Olímpia-MT. **Custos e Agronegócio on line**, v. 14, n. 1, jan/mar. 2018.

COLLETA B. K. D.; et al. Instrumentos de gestão financeira utilizados pelos produtores de grãos de São Gabriel do Oeste, Mato Grosso do Sul. **Revista Agrarian**, v.6, n.21, p.346-357. 2013.

CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ. **Localização dos Municípios no Mapa do Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://centrosuldopr.blogspot.com/2011/07/>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COSTA, C. H. G.; et al. Fatores condicionantes da gestão de custos de produção dos cafeicultores do Sul de Minas Gerais. **Custos e Agronegócio on line**, v. 9, n. 2, abr/jun. 2013.

COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3, p. 415-432. 2013.

COSTA, V. S. ;et al. Análise de custos a partir da cadeia do valor do leite e seus derivados na região Seridó do Rio Grande do Norte. **Revista Ambiente Contábil**, v. 7, n. 1, p. 89-108. 2015.

CUNHA, W. A da; FREITAS, A. F.de; SALGADO, R. J. S. F. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba (SP), vol. 55, n. 03, p. 427-444, jul/set. 2017

DALAZOANA, F.M.de L. **Gestão de Custos na Produção de Fios de Algodão: O Caso da Cooperativa Agrícola Sul Matogrossense (COPASUL)**. 2014. 92 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Agronegócios, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados – MS, 2014.

DALCIN, D. **O Processo de Tomada de Decisão em Agricultores de Boa Vista das Missões – RS**. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – RS). Santa Maria, 2010.

DAL MOLIN, M.; et al. Analysis of cost management in rice production crop in a farm family farming. **Custos e Agronegocio on line**, v. 11, n. 3, jul/set. 2015.

DEPONTI, C. M. As Agruras da Gestão da Propriedade Rural pela Agricultura Familiar. **REDES** - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 9-24. 2014.

DUMER M. C. R.; et al. A contabilidade de custos na visão dos produtores de café de Afonso Claudio-ES: análise da percepção de importância-desempenho pela matriz de Slack. **Custos e Agronegocio on line**, v. 9, n. 4, out/dez. 2013.

_____; et al. Percepção de Importância da Contabilidade de Custos na Produção de Café no Contexto da Agricultura Familiar do ES. **Revista de Agronegocio – Reagro**, Jales, v.6, n.1, p. 30-40, jan/jun. 2017.

DUTRA, R. B; MENDONÇA, J.C.A; CASAROTTO, E. L. Diversificação produtiva na agricultura familiar. **Revista de Administração do Sul do Pará (REASP) - FESAR** – v. 3, n. 1, p. 25, jan/abr. 2016.

ENDERLE, R. X.; et al. Planejamento e gestão de custos: estudo de caso de uma empresa do segmento agropecuário. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 17, n. 26, p. 145-156. 2013.

ESCHER,F.; et al. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006; **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, vol. 52, n.4, out/dez. 2014.

FAVATO, K. J.; NOGUEIRA, D. R. Produtor Rural Familiar: um estudo sobre a Adesão aos Controles da Contabilidade de Custos na cidade de Londrina – PR. **Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.24, n.4, out/dez. 2017.

FILHO, F. de A. C.; et al. Gestão de custos e formação de preço de venda, caixa, risco operacional em arranjo produtivo local: um estudo exploratório no setor de fruticultura do nordeste brasileiro. **Custos e Agronegocio on line**, v. 11, n. 22, abr/jun. 2015.

FONSECA, M. H da. **Gestão de Custos na Agricultura Familiar na cidade de Ponta Grossa**. 2018. 84 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2018.

FRANCO, C.; et al. Análise das relações custo, volume e lucro (CVL) na agricultura: estudo multicaso na produção de soja em Diamantino/MT. **Custos e Agronegócio on line**. v. 11, n. 4, out/dez. 2015.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. -São Paulo : Atlas, 2008.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAINER, C.C.; et al. Uso dos Controles Gerenciais, no Processo de Tomada de Decisão nas Propriedades Rurais de Atividade Leiteira. **Visão**, v. 6, n. 1, p. 07-26, jan./jun. 2017.

GRANDO, V. **Práticas de Gestão Estratégica de Custos e Posicionamento Estratégico: Um Estudo no Setor do Agronegócio Brasileiro**. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2017.

GREGORI, R. de; FLORES, S. A .M. Gestão de riscos e gestão de custos em cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul – RS. **Custos e Agronegócio on line**,v. 7, n. 1, jan/abr. 2011.

GRISA, C. **A produção “pro gasto” : um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul**. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

_____. e SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146. 2014.

GUERRA, A.C.; et al. Agricultura familiar e economia solidária: o programa compra direta como política de inserção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO. **Anais...** Fortaleza,2007. Disponível em: <ttp://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/139.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017.

HORNGREN, C. T. Cost Accounting; A managerial emphasis (10th ed.). **Pearson Prentice Hall**, 2006.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2010 - CENSO2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas->

novoportais/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html. Acesso em: 20 mai. 2017.

IMLAU, J. M.; GASPARETTO, V. Práticas de contabilidade gerencial em cooperativas de produção agropecuária do Estado do Rio Grande do Sul. **Custos e Agronegócio on line**, v. 13, n. 2, abr/jun. 2017.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Perfil avançado das regiões administrativas**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_noticia=187>. Acesso em: 13 jul. 2017.

KELM, M. S.; SAUSEN, J. O.; KELM, M. L. Posicionamento estratégico na cadeia produtiva do leite: análise das estratégias competitivas de uma cooperativa de produtores de leite. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 3, p. 369-382. 2015.

KRAYCHETE, G. Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo, RS: OIKOS, 2007.

KRUGER, D. K; et al. A Contabilidade como Instrumento de Gestão dos Estabelecimentos Rurais. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, vol. 4, n. 2, p. 134-153. 2014.

LEONE, G. S. G. **Custos: planejamento, implantação e controle**. 3, ed. – 7. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

LIZOT, M.; et al. Gestão de custos no agronegócio: aplicação de uma metodologia bibliométrica em periódicos de alto fator de impacto. **Custos e Agronegócio on line**. v. 12, Edição Especial, dez. 2016.

LOPES, M. A.; SANTOS, G.; CARVALHO, F. M.; Comparativo de indicadores econômicos da atividade leiteira de sistemas intensivos de produção de leite no Estado de Minas Gerais. **Ceres**, v. 59, n. 4, p. 458-465. 2012.

LOURENZANI W. L. **Modelo Dinâmico para a Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. 2005. 192 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade de São Carlos. São Paulo. 2005.

_____. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**. Lavras, v. 8, n.3, p. 313-322. 2006.

MARTINS JUNIOR, J. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso. Instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos**. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTEI, L. O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out/dez. 2014.

MENDES, C. I. C.; BUAINAIN, A. M.; FASIABEN, M. do C. R. **Uso de computador e Internet nos estabelecimentos agropecuários brasileiros**. EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1010691/uso-de-Computador-e-internet- nos- estabelecimentos-agropecuariosbrasileiro>. Acesso em: 28 set. 2017.

METZNER, C. M; et al. Gestão de Custos nas Propriedades Rurais de Toledo com o Uso das Ferramentas Contábeis. **CAP Accounting and Management** , n. 07 – ano 07, vol 7. 2013.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MONTALVÁN, R. A. V.; et al. Conception of Managing Practices as Key Factor to Achieve Rural Development and Sustainability in Southern Brazil. **European Journal of Sustainable Development**, v.6, 4 ed, p. 361-369. 2017.

MOREIRA, A.C. da S.S., MELO, J.F.M. de, CARVALHO, J.R.M. de. Gestão de custos em uma propriedade rural do ramo de Hortaliças. **Custos e Agronegócio on line**. v. 12, n. 2, abr/jun. 2016.

MORGAN, S. L.; et al. Agricultural multifunctionality and farmers' entrepreneurial skills: A study of Tuscan and Welsh farmers. **Journal of Rural Studies**, vol. 26, p.116–129. 2010.

MUSYOKA, J; OTUMBA, E. Assessing agricultural risks related to the start and length of the march – may season in Nyando. **International Journal of scientific research and management (IJSRM)**, v. 4, n. 10, p. 4657-4662. 2016.

NOGUEIRA, L. R. T. **Ações voltadas à agricultura familiar que contribuem com o desenvolvimento de municípios do sul de Minas Gerais**. 2014, 138 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Lavras, 2014.

OLIVEIRA, A. B. S. **Métodos da Pesquisa Contábil**. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, F. S. **Migrações Rurais e Agricultura Familiar: Vivências de Famílias de Itapuranga/GO**. 2015. 155 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Agronegócios, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2015.

OLIVEIRA, L. M. de; PEREZ JUNIOR, J. H. **Contabilidade de custos para não contadores**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OZELAME, D. ; TROIAN, A.; CAVALHEIRO, A. Valorizando o autoconsumo: Alimentação e Independência. **Rev. Bras. Agroecologia**, v. 2, n.1, fev. 2007.

PAGANI, R. N.; KOVALESKI, J. L.; RESENDE, L. M. Methodi Ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citation, and year of publication. **Scientometrics**, v. 105, n. 3, p. 2109-2135, 2015.

PALUDO, J.C. **Análise de Gestão Técnica e Econmico-Financeira de Propriedades Leiteiras de Xanxerê- SC**. 2015. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Profissional em Administração, Universidade do Oeste de Santa Catarina – SC, 2015.

PELINSKI, A.; et al. **Auto Consumo: Sua relevância na sustentabilidade da Agricultura Familiar Agroecológica**. 2006. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Trab065Autoconsumo.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

PEREIRA, R.F.C. **Práticas de Gestão na Agricultura Familiar: Um Estudo com Pequenos Grupos de Produtores de Leite no Município de Unaí-MG**. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Agronegócios, Universidade de Brasília. Brasília – DF, 2011.

PERON, A. C. P.; CATAPAN, A.; NASCIMENTO, D. E. do. Análise dos custos de produção, expectativas de retorno e riscos da plantação de hortaliças para a merenda escolar no programa agricultura familiar: estudo de caso no município de Quatro Barras/PR. **Custos e Agronegócio on line**, v. 13, Edição Especial – abril .2017.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POSSENTI, M. A. **Proposta de uma Sistemática para Apoiar a Gestão Econômico-Financeira de Agroindústrias Familiares de Pequeno Porte**. 2010. 214 f. Tese (Doutorado) - Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

RODNISKI, C. M.; et al. Uso das Práticas de Contabilidade Gerencial em Propriedades Rurais: Um estudo multicaso na Região Oeste Catarinense. **Unoesc & Ciência - ACSA**, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 113-121, jan/jun. 2014

RODRIGUES, B. A. **Planejamento Estratégico para Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar**. 2017. 95 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2017.

SALGADO, R. J. S. F.; et al. Focalização e Cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): avaliação de sua eficácia nas regiões brasileiras. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.55, n.4, out./dez. 2017

SANTOS, J. J. **Contabilidade e análise de custos: modelo contábil, Método de depreciação, ABC – Custeio Baseado em Atividades, Análise atualizada de encargos sociais sobre salários, custos de tributos sobre compras e vendas**. São Paulo: Atlas, 2011.

SAVIC, B.; VASILJEVIC. Z; DORDEVIC, D. Strategic Cost Management as Instrument for Improving Competitiveness of Agribusiness. **Economics of Agriculture**. v. 4, 2014.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, p.99-121. 2003.

SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento). **Conjuntura Agropecuária**. Olericultura. Paraná, 2017. Disponível em <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=32>>. Acesso em 11 mar 2018.

_____. (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento). **Conjuntura Agropecuária**. Fruticultura. Paraná, 2017. Disponível em <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=32>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

SIMIONATTO F. J.; et al. Indicadores econômico-financeiros da produção leiteira em propriedades rurais familiares. **Custos e Agronegócio on line**. v. 14, n. 2, abr/jun. 2018.

SOLANO S. L. T. **Os Agricultores Familiares e suas Estratégias de Gestão: O PRONAF B no Território Açú-Mossoro (RN)**. 2017. 86 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Mossoró, 2017.

SONTAG, A. G., ROJO, C. A., HOFER, E. Custos de produção na atividade leiteira: um estudo em uma propriedade de agricultura familiar em Marechal Cândido Rondon/PR. **Custos e Agronegócio on line**, v. 12, n. 1, p. 181-200. 2016.

SÖTHER, A; DRESEL, M.; DILL, R. P. Diagnóstico da Agricultura Familiar: Identificação das Ferramentas e Informações Gerenciais nas Propriedades dos Municípios de Salvador das Missões - RS e Tunápolis - SC. In: XVII SEMEAD Seminários em Administração **Anais...** São Paulo, 2014.

SOUZA, L. V. de. **Análise do Uso de Controles e Gestão Financeira em Propriedades Rurais Produtoras de Grãos da Região Oeste do Paraná**. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação Stricto Senso em Administração, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2016.

SOUZA, M. A de; DIEHL, C.A. **Gestão de custos: uma abordagem integrada entre contabilidade, engenharia e administração** - São Paulo: Atlas, 2009.

SUESS-REYES, J; FUETSCH, E. The future of family farming: A literature review on innovative, sustainable and succession-oriented strategies. **Journal of Rural Studies**, vol 47, p. 117-140, 2016.

TACCONI NETO, E. A. **Fatores que afetam a Competitividade na Produção de Hortaliças Orgânicas no Estado do Rio Grande do Norte**. 2006. 89 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2006.

TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ. **Localização dos Municípios no Mapa do Estado do Paraná**. Disponível em: <http://centrosuldopr.blogspot.com.br/2011_07_01_archive.html>. Acesso em: 10 jun. 2017.

TURRIONI, J. B.; MELLO, C. H. P. **Metodologia de pesquisa em Engenharia de Produção**. Itajubá: UNIFEI, 2012.

VIELMO, O.; DRIMM, E.C.; DEPONTI, C. M. A gestão da agricultura familiar: pluriatividade, diversificação da produção e agricultura orgânica: um estudo de caso da região da campanha. **Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS**, v. 14, n. 2, jul./dez. 2017

WERNKE, R. **Gestão de custos: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAHAIKEVITCH, E. V. **Sistema Especialista para Identificação do Método de Custeio para a Formação do Preço de Venda**. 2014. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2014.

APENDICE A – Questionário de Pesquisa

ROTEIRO DE ENTREVISTA “PRODUTOR RURAL FAMILIAR”

Data da Entrevista: ____/____/____.

Nome do entrevistado: _____

Telefone para contato: _____

BLOCO I – CARACTERIZAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL FAMILIAR

1. Nome do responsável pela propriedade:

2. Localização da propriedade (comunidade/distrito/localidade e Cidade):

3. Há quanto tempo trabalha com agricultura familiar?

4. Composição e ocupação dos membros da unidade familiar:

Nº	(a) Parentesco com o responsável	(b) Sexo	(c) Idade	(d) Escolaridade	(e) Ocupação principal	(f) Dedicação à atividade agrícola familiar
1						
2						
3						
4						

<p>a. Parentesco com o responsável</p> <p>1. Cônjuge</p> <p>2. Filho/Filha</p> <p>3. Pai/Mãe/Sogro(a)</p> <p>4. Nora/genro</p> <p>5. Neto(a)</p> <p>6. Agregados</p> <p>7. Outros</p> <p>B. Sexo</p> <p>1. Masculino</p> <p>2. Feminino</p>	<p>d. Escolaridade</p> <p>1. Sem Escolaridade</p> <p>2. Ensino Fundamental Incompleto</p> <p>3. Ensino Fundamental Completo</p> <p>4. Ensino Médio Incompleto</p> <p>5. Ensino Médio Completo</p> <p>6. Superior Incompleto</p> <p>7. Superior Completo</p> <p>8. Pós Graduação</p>	<p>e. Ocupação principal</p> <p>1. Produção Agrícola Familiar</p> <p>2. Trabalho Assalariado Não Ligado À Agricultura Familiar</p> <p>3. Serviço Público</p> <p>4. Estudante</p> <p>5. Aposentado(A)</p> <p>6. Outros (Especificar)</p>	<p>f. Dedicação à atividade agrícola familiar/</p> <p>1. 100% Do Tempo De Trabalho Total</p> <p>2. Entre 50% E 80% Do Temo De Trabalho Total</p> <p>3. Menos Que 50% Do Tempo De Trabalho Total</p> <p>4. Trabalhos Esporádicos</p> <p>5. Não Há Dedicação</p>
---	---	---	---

10. Volume de produção por cultura:

Culturas Produzidas	Volume de Produção Mensal (KG)
Olerícolas	
Produtos Processados	
Frutas	

11. São utilizados equipamentos para a produção? Em caso afirmativo, quais?

Equipamento	(a) Quantidade	(b) Condição

(b) Condição: Próprio, alugado, associado, outros (especificar).

BLOCO IV - CARACTERIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO

12. Qual a frequência utilizada para os canais de comercialização:

Canais de comercialização	Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase sempre	Sempre
Direto na propriedade					
Associação Prod. Rurais					
Cooperativa Agrícola (programas governamentais)					
Entrega Domiciliar					
Feira de Produtores Comum					
Feira de Produtores Organicos					
Supermercados					
Indústrias					
Atravessadores					
Outros: _____					

17. Composição dos gastos (custos e despesas) que são controlados nos pequenos empreendimentos rurais familiares:

Classificação dos Gastos	Composição dos Custos	Controla				Periodicidade
		Sim	Não	Parcialmente	Não gera custos	
Custos Diretos	Encargos					
	Mão de obra direta (Horas trabalhadas por empregado/mês)					
	Sementes					
	Mudas					
	Inseticidas					
	Herbicidas					
	Defensivos					
	Fertilizantes					
	Irrigação					
	Aubos					
	Materiais de embalagem					
	Arrendamento					
	Matéria-prima (processados)					
Custos Indiretos	Mão-de-obra indireta					
	Manutenção de máquinas					
	Depreciação					
	Combustível					
	Gás					
	Assistência técnica					
Despesas	Empréstimos bancários					
	Despesas Financeiras (juros)					
	Seguros					
	Energia elétrica					
	Água					
	Telefone/Internet					
	Certificação (despesas com taxas anuais)					
	Feiras (aluguel do espaço).					

* Periodicidade: (1) Anual (2) Semestral (3) Mensal (4) Semanal

18. Considerando os itens acima quais representam no total o menor e maior custo e a menor e maior despesa?

Custo: _____

Despesa: _____

19. Na gestão de custos da propriedade rural qual a importância atribuída para o controle dos gastos?

Sem importância	Pouco Importante	Talvez seja importante/ talvez não	Importante	Muito Importante
1	2	3	4	5

20. Quem é o responsável pelo controle dos custos?

proprietário

funcionário

ente da família

técnico agrícola

contador

Outro _____

21. De que maneira buscam auxílio para o controle de custos da propriedade?

Emater

Coopertativa

Cursos

Amigos/vizinhos

Profissionais autônomos

Internet

Contador

Não busca auxílio

Outra: _____

22. Já fez algum curso sobre Gestão de Custos?

Sim

Não

23. Como o pequeno agricultor familiar estabelece seu preço de venda?(poderão ser marcadas mais de uma opção).

Preços praticados no mercado

Maximização do lucro

Recuperação do caixa

Baseado nos custos de produção

Demanda

Inflação

Outros. Quais? _____

24. Quais medidas são adotadas visando à diminuição dos custos (de produção)?

BLOCO VI – PRÁTICAS DA GESTÃO DE CUSTOS

25. (MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO) O pequeno produtor rural tem conhecimento do quanto sobra (monetariamente) após a venda dos seus produtos abatendo os seus gastos variáveis (custos variáveis e despesas variáveis)?

Sim Não Parcialmente

Explique de que forma é realizada essa prática.

26. (PONTO DE EQUILÍBRIO) O pequeno produtor rural tem conhecimento do quanto necessita produzir e comercializar para que não tenha nem lucro e nem prejuízo, ou seja, estando em seu ponto de equilíbrio?

Sim Não Parcialmente

Explique de que forma é realizada essa prática.

27. (MARGEM DE SEGURANÇA) – O pequeno produtor rural tem conhecimento de quanto (em unidades) pode deixar de vender e mesmo assim não ter prejuízo?

Sim Não Parcialmente

Explique de que forma é realizada essa prática.

28. Há quanto tempo utiliza a (s) prática (s) da Gestão de Custos?

29. Qual a periodicidade que as práticas da gestão de custos são utilizadas?

30. Como teve conhecimento da (s) prática (s) da Gestão de Custos utilizada (s)?

31. Qual motivo levou a utilizar a (s) prática (s) da Gestão de Custos?

BLOCO VII – PERCEPÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA UTILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DA GESTÃO DE CUSTOS NA TOMADA DE DECISÃO QUANTO AO CUSTO-VOLUME-LUCRO

32. Grau de importância atribuído pelos agricultores para as informações obtidas através da utilização das práticas de custos:

Medidas de Concordância				
1	2	3	4	5
Sem importância	Pouco Importante	Talvez seja importante/ talvez não	Importante	Muito Importante

Benefícios das Práticas da Gestão de Custos na Tomada de Decisão	1	2	3	4	5
Formulação do preço de venda de forma a obter o lucro desejado.					
Saber quais métodos de produção empregar.					
Quanto devo comprar de insumos, sementes, inseticidas, adubos, matéria-prima, dentre outros.					
Identificar qual vai ser o lucro caso a propriedade apresente um determinado percentual de acréscimo no volume de vendas.					
Identificar a que volume de operações as receitas e os custos se igualam.					
Saber quais produtos necessitam ser produzidos em maior quantidade.					
Identificar qual o volume necessário de produção para a propriedade apresentar um determinado lucro.					
Quais canais de comercialização possibilitam maior lucro.					
Decidir sobre estratégias de preços de venda.					
Decidir sobre se devo aceitar um determinado pedido de produção.					
Saber o lucro por medida (unidades, sacas, kg) que cada produto propõe.					
Saber quanto pode deixar de produzir e mesmo assim continuar obtendo lucro.					
Saber quanto pode deixar de produzir e mesmo assim não ter prejuízo.					